

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

**Por uma história cultural das cartas: o saber-fazer epistolar como
bem cultural determinante na construção da sociedade fluminense
oitocentista**

SIMONE APARECIDA FONTES

Nova Iguaçu - RJ

Maio - 2019/1



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE

Por uma história cultural das cartas: o saber-fazer epistolar como bem cultural determinante na construção da sociedade fluminense oitocentista

SIMONE APARECIDA FONTES

Sob a orientação do professor

Dr. Marcos José de Araújo Caldas

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do Grau de **Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade**, no curso de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade. Área de concentração: Patrimônio Cultural: Memória, Identidades e Sociedade.

Nova Iguaçu - RJ

Maio - 2019/1

FICHA CATALOGRÁFICA

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001."

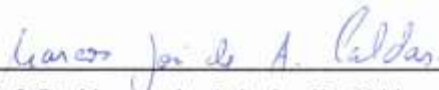
"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) Finance Code 001."

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE

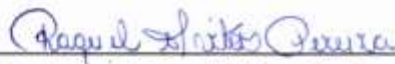
SIMONE APARECIDA FONTES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade**, no Curso de Pós-graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade. Área de Concentração: Multidisciplinar. Patrimônio, Cultura e Sociedade. Linha de Pesquisa: Patrimônio Cultural: Identidades e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 20/05/2019.



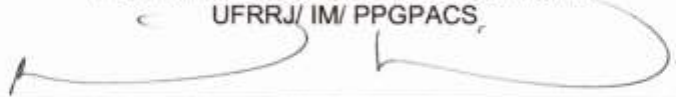
Prof. Dr. Marcos José de Araújo Caldas – Orientador
UFRRJ/ IM/ PPGPACS



Profa. Dra. Raquel Alvim Pereira – Presidenta
UFRRJ/ IM/ PPGPACS



Prof. Dr. Fábio Cerdera – Professor interno
UFRRJ/ IM/ PPGPACS



Profª. Drª. Alejandra Saladino – Professora externa
UNIRIO/ EM

Nova Iguaçu - RJ

Maio – 2019/1

AGRADECIMENTOS

Nessas mal traçadas linhas imaginárias, dedico meus agradecimentos,

*A Deus e todas as forças espirituais,
que conspiram para o nosso bem;*

*À minha Mãe,
meu anjo da guarda e porto seguro;*

*À Caroline e Otávio,
meus alicerces e melhores projetos;*

*Ao Eduardo,
filho do coração e amigo de todas as horas;*

*Aos meus irmãos, Juninho, Jandiara e Fernandinho,
“uma família muito unida e, também, muito animada”;*

*À Tati, Luise e Morgana,
Meninas Super Demais; amor e gratidão eternos;*

*Aos Amigos de fé, irmãos camaradas,
Vanessa, Eriknatan, Hartênia, Daniele, Marcelo, Artur, Cíntia, Pedro,
Tito, Priscila, Malu, Graziela, Joana, Sandra (in memoriam) e todos,
que guardo no meu coração;*

*Aos professores que inspiraram e transpiraram comigo, Marcelo Basile,
Surama Conde, José D’Assunção, Jean Sales, Elis Ângelo, Raquel Alvitos,
Mônica Martins, Nely Feitosa, Franklin Leal, Ângela Gomes, Sílvia Carla;*

*Ao meu professor e orientador Marcos Caldas,
pela paciência e confiança;*

*Aos professores, Alejandra, Fábio e Raquel,
meu carinho e admiração;*

*À CAPES, ao PPGPACS e à Secretária Luciana,
meus sinceros agradecimentos.*

“Somos anões em ombros de gigantes”

Bernardo de Chartres, século XII.

RESUMO

FONTES, Simone Aparecida. **“Por uma história cultural das cartas: o saber-fazer epistolar como bem cultural determinante na construção da sociedade fluminense oitocentista”**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2019. 108p.

Desde tempos remotos, escrever cartas era o principal meio para aproximar os ausentes, expandir a memória, socializar a informação e superar o limite entre tempo e espaço. Mas se no século XIX a arte de escrever cartas alcançou um desenvolvimento sem precedentes, após o advento da internet, a comunicação por cartas entrou em declínio. No curso do debate sobre se o ato de escrever cartas estaria em processo de extinção ou de ressignificação em novos códigos e regras cibernéticos, destacamos a importância de uma reflexão crítica sobre a escrita de cartas não apenas como fonte, mas também como objeto, especialmente em uma sociedade, pautada na instantaneidade da informação. Para além dos testemunhos escritos, que privilegiam apenas a trajetória de ilustres missivistas e seus memoráveis feitos históricos, buscamos uma visão mais integrada de cultura, compreendendo que os objetos não estão à parte da vida social, que o documento tem uma história e que as marcas, vestígios e resíduos deixados na matéria são registros de processos sociais que se concretizam em papel e tinta. Desse modo, propomos uma história cultural da arte de escrever cartas, por meio de narrativas interdisciplinares que privilegiem a relação entre a historicidade dos objetos e a materialidade social dos documentos. Mais do que um lugar de memória, a prática epistolar implica, portanto, na salvaguarda do saber-fazer epistolar como um bem cultural determinante na construção da sociedade fluminense oitocentista, cuja herança produz efeitos até hoje.

Palavras-chave: Cartas; Cultura; Memória; Identidade; Patrimônio.

ABSTRACT

FONTES, Simone Aparecida. **“For a cultural history of the art of letter writing: the safeguard of the know-how letter-writing as a cultural determinant in the construction of fluminense society nineteenth century.”** Dissertation of Master. Rio de Janeiro: Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2019. 108p.

Since ancient times, writing letters was the primary means for approximating the missing, to expand the memory, socializing, information and overcome the limit between time and space. But if in the nineteenth century the art of letter writing has reached an unprecedented development, after the advent of the internet, communication by letters went into decline. In the course of the debate about whether the act of writing letters would be in the process of extinction or re-signification in the new codes and rules in cyber, we highlight the importance of a critical reflection on the writing of letters not only as a source, but also as an object, especially in a society based in the instantaneity of the information. In addition to written testimonials, that favour only the trajectory of the illustrious writers and its memorable historic achievements, we seek a more integrated culture, understanding that the objects are not part of the social life, that the document has a history, and that the marks, traces and residues left in the field are records of social processes that materialize on paper and ink. In this way, we propose a cultural history of the art of letter writing, by means of narratives, interdisciplinary, with emphasis on the relationship between the historicity of the objects and the materiality of social documents. More than a place of memory, the practice of writing of letters implies, therefore, in order to safeguard the know-how letter-writing as a cultural determinant in the construction of fluminense society nineteenth century, whose heritage produces effects until today.

Keywords: Letters; Culture; Memory; Identity; Heritage.

SUMÁRIO

Lista de figuras	11
Lista de tabelas	12
Introdução	13
Capítulo 1 – Por uma história cultural das cartas	19
1.1. O berço da cultura epistolar	20
1.2. Cartas aos mortos no Egito	28
1.3. Os suportes e instrumentos de escrita	31
1.4. A carta na Grécia Antiga	36
1.5. A carta no mundo grecorromano	38
1.6. Os mestres da Antiguidade tardia	39
1.7. <i>A Ars Dictaminis</i> na Idade Média	41
1.8. A nova epistolografia	42
Capítulo 2 – A materialidade social da prática epistolar	45
2.1. Cultura material	47
2.2. As técnicas do corpo	49
2.3. A geografia do uso epistolar	51
Capítulo 3 – A arte de escrever cartas com tintas mais temperadas	54
3.1. O uso social da carta no Brasil oitocentista	59
3.2. Brechas e artimanhas epistolares	63
3.3. Cultura ornamental: entre o ser e o parecer erudito	70
3.4. Marrocos: um homem de letras, papel e tinta	75
3.5. A gramática da sociedade fluminense oitocentista	80
3.6. A pedagogia dos manuais epistolares portugueses	84
Conclusão	95
Referências bibliográficas.....	97

Lista de Figuras

Fig. 1 – Placas de argila em cuneiforme	22
Fig. 2 – Evolução da escrita cuneiforme	23
Fig. 3 – Silabário Sumério.....	24
Fig. 4 – Mapa do Próximo Oriente Antigo	26
Fig. 5 – Tigelas funerárias	30
Fig. 6 – Pena de aves para escrita	33
Fig. 7 – Penas metálicas	33
Fig. 8 – Postura ideal para segurar a pena	34
Fig. 9 – Retratos, e Elogios dos Varões, e Donas Portuguezas fl.1	67
Fig. 10 – Retratos, e Elogios dos Varões, e Donas Portuguezas, fl.2	68
Fig. 11 - Sinetes e anéis sigilares	70
Fig. 12 - Mata-borrão	70
Fig. 13 – Areeiro	70
Fig. 14 – Tinteiro de prata.....	71
Fig. 15 – Móvel <i>Secrétaire</i> Louis XV	71
Fig. 16 – Gabinete de escrita com biblioteca	72
Fig. 17 – Um erudito trabalhando em seu gabinete	73
Fig. 18 – Corte na aldeia e noites de inverno.....	84
Fig. 19 – O Secretario Portuguez	86
Fig. 19 – Código do Bom-Tom	90
Fig. 20 - Novo Secretario Portuguez	91

Lista de tabelas

Tabela 1. Parcial da população livre do RJ (sexo e raças)	56
Tabela 2. Parcial da população livre do RJ (sexo e instrução).....	56
Tabela 3. População brasileira – 1776/ 1869	57
Tabela 4. Estimativa da população, segundo as províncias - 1808 a 1872	59

Introdução

A presente pesquisa possui uma relação pessoal, na medida em que contempla a memória afetiva da minha própria prática missivista, em uma época nem tão distante, quando escrever cartas, ainda, era uma prática comum e necessária. Isso, naturalmente, me transformou em uma amante de cartas, cujo interesse pelo gênero autobiográfico influenciou a escolha do objeto, desde a graduação em História¹. Na ocasião, porém, ainda partilhava o senso comum da maioria dos historiadores, que privilegia as fontes escritas, conferindo à cultura material um papel meramente ilustrativo ou de complementação textual.

Nos últimos anos, com o advento da internet, o prazer voyeurístico do amante de cartas parece ser uma prática do passado; assim como o próprio amador que, juntamente com o seu objeto, parece ser uma espécie em extinção (GALVÃO, 1998, p. 53). Talvez como os românticos, que escreviam cartas de amor ridículas. “Mas, afinal, só as criaturas que nunca escreveram cartas de amor é que são ridículas”.²

Contudo, ainda que um acentuado declínio da escrita epistolar esteja em curso, este quadro apocalíptico precisa ser matizado. Também Platão decretou a morte da memória, quando inventaram a escrita. Outro que sentenciou à morte a arquitetura foi o escritor francês Victor Hugo, quando inventaram a imprensa³. Com o aparecimento da linguagem cibernética, todos estariam ameaçados. No entanto, a memória, a escrita, a arquitetura e a imprensa continuam vivas, embora a grande ameaça esteja dentro dos gabinetes dos governantes.

¹ Trabalho de conclusão de curso, intitulado “**Luís Joaquim dos Santos Marrocos: um bibliotecário português nos trópicos (1811-1821)**”, apresentada em 2016, para obtenção do título em Licenciatura Plena em História na UFRRJ/ IM.

² Trecho do poema “Todas as cartas de amor são ridículas”, do heterônimo Álvaro de Campos, do poeta Fernando Pessoa, 1944.

³ No romance histórico “Notre-Dame de Paris”, ou na versão hollywoodiana “O Corcunda de Notre-Dame”, Victor Hugo faz uma digressão no capítulo II do Livro VI, sob o título “*Ceci tuera cela*”. “Isto”, o “livro de papel”, matará “aquilo”, o “livro de pedra”.

Em relação à carta, ela também continua viva e despertando muito interesse. De acordo com Ângela de Castro Gomes, nas últimas décadas, o país vive um *boom* de publicações de caráter biográfico e autobiográfico. O interesse dos leitores por uma escrita de si, que abarca diários, correspondências e outros tipos de memória ou entrevistas de história de vida, vem ganhando mais reconhecimento e visibilidade, tanto no mercado editorial, quanto no meio acadêmico, sobretudo, no campo da literatura e da educação. (GOMES, 2004, p. 7).

Apesar desses “avanços”, é preciso ter cuidado com o fetichismo dos objetos e a obsessão pela cultura (MENESES, 1998; GONÇALVES, 2007), ou seja, a mercadização da memória pela indústria cultural e, em específico, a exploração do prazer voyeurístico dos leitores de autobiografias, pela indústria editorial. Cabe a nós, pesquisadores, não fazer papel de ingênuo. “O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram”. (LE GOFF, 1990, p. 547-548).

Neste sentido, a revolução documental dos *Annales* (1929)⁴, em confluência com a revolução tecnológica, contribuiu significativamente para elevar o estatuto do termo documento, de forma quantitativa e qualitativa, valorizando “tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem”. (LE GOFF, 1990, p. 540-541).

Esta mudança de rumo, em direção à história social, política e cultural transformou a narrativa austera dos documentos ortodoxos em uma fecunda revalorização do papel social que cada sujeito, mesmo anônimo, escreve de si e da sociedade em que vive. Abordagens centradas menos na narrativa factual e mais nas práticas e representações vêm ganhando expressiva atenção de pesquisadores, contribuindo para ampliar as discussões acerca da construção

⁴ A Escola dos *Annales* revolucionou o fazer histórico, rompendo com os limites da *histoire événementielle*, visão positivista da história como crônica de acontecimentos, abandonando as ortodoxias para incorporar novos objetos e metodologias. Esta significativa transformação do campo historiográfico diluiu as fronteiras rígidas entre social, político e cultural, tornando-as mais fluidas e móveis. (GOMES, 1997, p. 121-127).

da memória, da circulação de ideias, da formação de redes de sociabilidades e da escrita intersubjetiva de grupos de intelectuais no mundo moderno ocidental.

No bojo dessas transformações, a reorientação do conceito de patrimônio contribuiu com novos objetos e novas políticas de preservação, cujos artefatos e valores simbólicos teriam desaparecido, sem qualquer vestígio na memória coletiva. Se, de um lado, é preciso ter cuidado em transformar tudo em patrimônio, do outro, a limitação em fixar monumentos históricos e obras de arte como únicas representações culturais dignas de patrimonialização está longe de refletir a grande diversidade que caracteriza a produção cultural das sociedades ao longo do tempo.

“Banalização ou dessacralização?” Referência obrigatória na temática sobre *patrimônio em processo*, a socióloga Cecília Londres instiga o debate entre orientações conservadoras e democratizantes. Para a autora, é necessário pensar na produção de patrimônios culturais “*para além da pedra e cal*”, por meio de narrativas e políticas públicas que permitam mapear novos conceitos acerca de uma identidade cultural mais plural. (FONSECA, 2003, p. 71).

Para completar esta visão mais integrada de cultura, a historiografia da cultura material propõe uma nova perspectiva histórica, a partir da rematerialização das relações sociais e da desdocumentalização dos objetos, isto é, um estudo dos fenômenos sociais, a partir de sua materialidade corporal e objetual, e não apenas sígnica, visando compreender as formas práticas de constituição do sujeito social, os processos de produção, recepção, apropriação e conservação do universo material pelos grupos humanos, a interação entre as pessoas e o meio e as representações coletivas que acompanham as práticas materiais.

Esta metodologia visa criar condições para a pesquisa sobre práticas e representações mais cotidianas, cujos valores culturais contemplem a dimensão material e imaterial da prática epistolar, atribuindo valores de fruição informacional, intelectual, social, subjetiva, funcional e interativa. Nesta perspectiva, não há espaços para dualismos excludentes, pois “todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez, todo

patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se”. (MENESES, 2012, p. 31).

É importante dizer que, não há uma rejeição à importância da norma, do discurso, das estruturas sociais e noções mais abstratas, mas uma consciente constatação de seus limites como instrumentos de explicação total da realidade. Embora cultura material seja um conceito em construção, assim como a própria noção de patrimônio, há uma fertilidade teórica nas propostas de consagrados autores nacionais e internacionais, como: Marcel Mauss (1936), Abraham Moles (1972), Jean Baudrillard (1968), Jean-Pierre Warnier (1999), Pierre Parlebas (1999), Jean-Marie Pesez (1978), Igor Kopytoff (2008), Arjun Appadurai (2008), José Gonçalves (2007), Ulpiano de Meneses (1983, 1998, 2003, 2009), Marcelo Rede (1996, 2003, 2012), Câmara Cascudo (1983); a lista se perde em nomes, ainda, não tão conhecidos.

Assim, lançamos mão desta interdisciplinaridade para pensar nossa pesquisa sobre a prática epistolar, a fim de extrapolar a carta como mero suporte de informação, para além dos testemunhos escritos, que privilegiam apenas a trajetória de ilustres missivistas e seus memoráveis feitos históricos.

No curso do debate sobre se o ato de escrever cartas estaria em processo de extinção ou de ressignificação em novos códigos e regras cibernéticos, destacamos a importância de uma reflexão crítica sobre a escrita de cartas não apenas como fonte, mas também como objeto, especialmente em uma sociedade, pautada na instantaneidade da informação, compreendendo que os objetos não estão à parte da vida social, que o documento tem uma história e que as marcas, vestígios e resíduos deixados na matéria são registros de processos sociais que se concretizam em papel e tinta.

Por uma nova História Cultural das Cartas e contra uma definição puramente semântica do texto é a proposta deste trabalho, destacando a arte de escrever cartas como um documento que há muito tempo se tornou monumento e, cuja prática ordinária se tornou um espaço de negociação entre o oral e o escrito; formas, aparentemente, inconciliáveis. Este ponto, aliás, conduz para uma possível hipótese do trabalho.

Nosso objetivo principal é demonstrar que cartas comunicam mensagens não somente pelo texto, mas também pelos signos encarnados nos gestos, objetos, corpo, técnicas e memórias. Nos objetivos específicos, visamos identificar as permanências e as discontinuidades dos códigos e regras sociais da escrita de cartas; articular a materialidade da vida social com a historicidade dos objetos, inerentes à produção, recepção, apropriação, circulação e conservação das cartas; acessar a memória material e imaterial das correspondências privadas do arquivista Luís Joaquim dos Santos Marrocos⁵, para um estudo de caso sobre o processo de privatização das práticas de leitura e escrita, a formação de uma cultura letrada no Brasil oitocentista, particularmente, na cidade do Rio de Janeiro e, ainda, os limites da arte de “civilizar-se”, que levaram à criação de uma nova epistolaridade com tintas mais temperadas.⁶

Assim, traçamos três etapas para o desenvolvimento desta pesquisa. No primeiro capítulo, propomos uma concisa “História Cultural das Cartas”, historicizando a longa hegemonia da comunicação epistolar, que atravessou séculos até se tornar arte e instrumento da cultura grafocêntrica no século XIX, cuja herança produz efeitos até hoje.

⁵ Luís Joaquim dos Santos Marrocos (1781-1858) é o bibliotecário que transportou a segunda remessa da Biblioteca Real portuguesa, para o Rio de Janeiro, em 1811. Durante uma década (1811-1821), Marrocos escreveu 206 cartas, para a família e amigos, em Lisboa. Herdeiro de uma refinada erudição literária e apreciável estilo epistolar, o mero ajudante da biblioteca se tornou um dos homens de confiança de d. João, alcançando o posto de oficial da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Ao lado de d. Pedro, imperador constitucional do Brasil independente, Marrocos deixou sua assinatura na história, como redator oficial da primeira Constituição brasileira, outorgada em 1824. Embora as correspondências do bibliotecário não sejam fontes inéditas, pois há muito vêm sendo usadas como um inesgotável acervo pela historiografia luso-brasileira, este rico epistolário permite não só conhecer os bastidores do público e do privado do Brasil joanino, mas, sobretudo, o teor híbrido, heterogêneo e multitemático da cultura epistolar da sociedade fluminense oitocentista. A primeira edição das cartas foi publicada nos Anais da Biblioteca do Rio de Janeiro, em 1934, e a segunda foi editada em 2008, pela Biblioteca Nacional de Portugal, em comemoração aos 200 anos da chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, cujas transcrições adotamos nesta pesquisa. (GARCIA, 1934; MARROCOS, 2008).

⁶ Tomamos como referência a crítica de Lilia Schwarcz, para o estudo sobre o uso dos manuais epistolares e tratados de costumes no Brasil do século XIX, no terceiro capítulo. Segundo a antropóloga: “Muito úteis eram os novos guias, aqui consumidos por sua ‘novidade’. Era por meio desses guias que se espelhava a civilização europeia, era levando em conta seus conselhos **que se coloriam os trópicos com tintas mais temperadas**. (SCHWARCZ, 1998. p. 316. Grifo nosso).

No segundo capítulo, apresentamos a “Materialidade social da prática epistolar”, o debate crítico e interdisciplinar sobre conceitos de memória, cultura material, identidade(s), patrimônio cultural e outras concepções históricas, sociológicas e antropológicas, que atravessam o saber-fazer, através das interações entre os elementos materiais de cultura, incluindo as técnicas do corpo, condutas corporais, relações sociais, tempo e espaço.

Finalmente, no terceiro capítulo, apresentamos um estudo de caso da “Arte de escrever cartas com tintas mais temperadas”, analisando a carta como um objeto de mediação cultural e de ascensão social. Esta desmontagem da prática epistolar como documento-monumento implica na problematização do espaço do vivido, confrontando o comportamento socialmente aceitável com o culturalmente viável. Para tanto, lançamos um olhar antropológico para os manuais epistolares portugueses, que instrumentalizavam a prática de se colocar por escrito na sociedade luso-brasileira no século XIX.

A interação entre a materialidade do social e a historicidade dos objetos, portanto, é a chave de leitura para ampliar a noção tradicional de história para além do factual e, de patrimônio, “para além da pedra e cal”.⁷

⁷ A partir de uma reflexão sobre a função de patrimônio e de uma crítica à noção de patrimônio histórico e artístico, que se passou a adotar, em escala mundial, uma concepção mais ampla de patrimônio cultural, não mais centrada em edificações, sítios e obras de arte, e sim numa relação da sociedade com sua cultura, por meio de conteúdos simbólicos, como lendas, mitos, ritos, saberes e técnicas. (FONSECA, 2003. p. 67-69).

Capítulo 1

Por uma história cultural das cartas

1.1. O berço da cultura epistolar

Mas acima de todas as invenções estupendas, que superioridade de espírito foi a daquele homem que imaginou encontrar um modo de comunicar seus pensamentos mais recônditos a qualquer outra pessoa, ainda que distante por um intervalo muito grande de lugar e de tempo! Falar com aqueles que estão nas Índias, falar com aqueles que ainda não nasceram, nem existirão senão daqui a mil ou dez mil anos! E com que facilidade, com a junção de vinte pequenos caracteres sobre um papel! Este é o segredo de todas as admiráveis invenções humanas. (GALILEI, 2011, p. 188).

Durante mais de dois mil anos, escrever cartas foi o principal meio de comunicação à distância. Reza a lenda que, na Grécia antiga, no ano de 490 antes da nossa era, o pobre Filípides pagou com a própria vida, após correr, aproximadamente, 42 quilômetros, para levar a mensagem da vitória sobre os Persas aos atenienses. Chegando a Acrópole, Filípides apenas balbuciou “Niki!” (“Vencemos!”), antes de cair morto de exaustão.

A história, contada por Heródoto (c. 484 a.C. 425 a.C.), simboliza a tendência gregária que move as sociedades a agrupar-se e a estabelecer práticas sociais entre si. Mas muito antes dos gregos, os povos do Antigo Oriente já se preocupavam em registrar suas experiências e transmitir mensagens em placas de argila ou folhas de papiro.

Assim, partimos do IV milênio antes da nossa era, para dar a conhecer esta “estupenda” invenção, em busca da gênese epistolar, sem, contudo, estabelecer uma origem absoluta, que explique por meio de ideologias deterministas um começo com “C” maiúsculo. Antes, apresentamos desenvolvimentos, cruzamentos, esquecimentos e redescobertas. (BOTTÉRO, 2011, p. 4).

Desde tempos remotos, a necessidade de expandir a memória, socializar a informação e superar o limite entre tempo e espaço resultou em engenhosos dispositivos de registro ou *aides-mémoire*⁸, usados por várias sociedades como auxílio mnemônico e comunicacional.

⁸ Termo cunhado pelo historiador e assiriólogo francês Jean Bottéro, na obra “Mésopotamie. L'écriture, la raison et les dieux”. Paris: Gallimard, 1987.

Pinturas rupestres em sítios pré-históricos; tambor, utilizado como código sonoro na África Ocidental e na Melanésia; envio de objetos, grãos, penas ou flechas, usados até hoje na Malásia ou na África Central; cordinhas com nós ou fios coloridos, chamados *quippus* pela civilização inca, no Peru; linguagem dos gestos e das mãos entre os índios da América do Norte; caracteres chineses, ainda hoje compostos por desenhos codificados, entre outros sistemas extremamente complexos, são alguns exemplos dos esforços em preservar a memória; estágios intermediários da escrita ao longo do tempo. (HIGOUNET, 1997, p. 11-120).

Estudos sobre cultura escrita atestam que o intercâmbio epistolar, isto é, a comunicação por cartas remonta à Antiguidade, quando ainda não se havia alcançado o domínio completo da escrita. Afortunadamente, a prática epistolar foi contemporânea das primeiras representações gráficas, de tal sorte que se confunde com a própria invenção da escrita. Tal assertiva define a carta não apenas como um meio de comunicação, mas também como um bem cultural, atravessado por condicionamentos sociais, que operam o saber-fazer epistolar.

Desse modo, podemos considerar que a prática de escrever cartas tem antecedentes complexos, cuja função social visava atender às necessidades das sociedades urbanas. Nesse sentido, a urbanização forneceu o incentivo ideal para desenvolver um meio de comunicação tangível e permanente.

Com efeito, após dois milênios de apagamento, o conceito de Mesopotâmia como berço da civilização vem norteando as investigações de valentes especialistas, conhecidos como sumerólogos ou cuneiformistas, após a descoberta de centenas de plaquetas de argila, ornadas com estranhos “rabiscos”, que evidentemente, sugeriam uma enigmática escrita. (BOTTÉRO, 2011, p. 16).

Graças aos eruditos britânicos e franceses, escritas cuneiformes em três línguas, antigo persa, elamita e sumero-acádica, foram decifradas por volta de 1855. Assim, ao mesmo tempo em que se desvendavam essas garatujas, também se tomava a consciência de que esta inverossímil escrita aparentava-se a outros idiomas do Antigo Oriente Médio.

Tomado de empréstimo aos “fenícios”, nosso sistema alfabético tem raízes profundas na Mesopotâmia, a “terra entre dois rios”, o Tigre e o Eufrates, há mais de cinco mil anos antes da nossa era. Os primeiros escritos sumerianos serviam para registrar assentamentos, controlar o estoque de mercadorias e administrar cidades-estados por meio do intercâmbio epistolar com povos vizinhos, como acádios, elamitas, assírios, egípcios e outros semitas.

Desenhos de objetos em pequenas placas de argila, conhecidos como pictogramas, eram cuidadosamente gravados com um estilete de caniço em colunas verticais, que permitiam materializar o pensamento e fixar realidades. (Fig. 1).



Figura 1: Placa com assentamentos contábeis em cuneiforme, 1800 a. C. (KRAMER, 1967, p. 164).

Com o passar do tempo, essa “escrita de coisas”, cujo traçado também se inscrevia sobre cerâmicas e selos cilíndricos em pedra, apresentava várias limitações. Embora os pictógrafos representassem objetos simples, para transcrever realidades menos tangíveis eram utilizados dois pictogramas: o símbolo da água com o do olho, por exemplo, usado para representar lágrimas,

e da água com o da boca, para expressar o ato de beber. Desse modo, a evolução técnica dos sinais pictográficos atendeu à economia linguística de reduzir o número de sinais e as ambiguidades do sistema de escrita (Fig. 2).




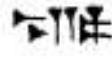




















	Warka	Djemdet Nasr	Cuneiforme primitivo	Cuneiforme clássico
<i>cabeça</i>				
<i>mãe</i>				
<i>astro céu deus</i>				
<i>sol dia</i>				
<i>peixe</i>				
<i>boi</i>				

Figura 2: Evolução da escrita cuneiforme.
(HIGOUNET, 1997, p. 35).

Para escrever mais rápido e legível, os escribas sumerianos mudaram a orientação da escrita vertical para horizontal, evitando borrar o texto com as mãos. Também substituíram o estilete pontiagudo por outro de extremidade triangular, que deixava riscos em “forma de cunha”, do latim *cuneos*, conhecido como escrita cuneiforme (Fig. 3). Conhecidos como os “gravadores de tabuinhas”, como se dizia em sumério, esta categoria única de profissionais, amplamente treinados e capacitados na *edduba*, a escola mesopotâmica, transformaram os pictogramas em uma escrita complexa, capaz de exprimir ideias abstratas.

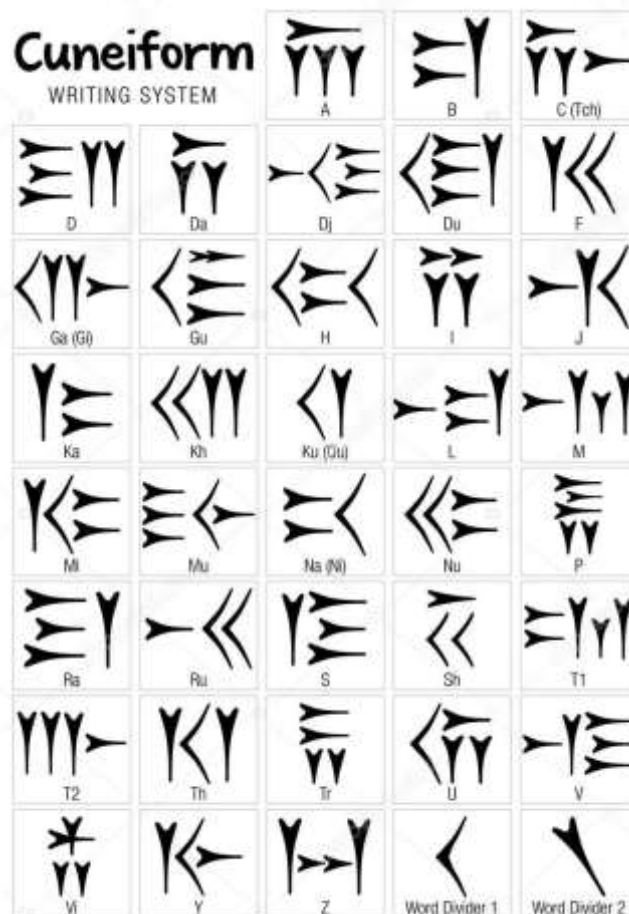


Figura 3: Silabário Sumério.

(KRAMER, 1967, p. 132-133).

Filhos dos cidadãos mais ricos das comunidades urbanas, os escribas representavam uma casta superior, responsável pelo registro e transmissão de toda a produção mercantil, política e cultural, que fez da civilização mesopotâmica o berço da cultura escrita ocidental.

O passo decisivo no desenvolvimento da escrita cuneiforme ocorreu quando os escribas passaram a empregar símbolos fonéticos para indicar tanto sons como ideias, flexibilizando a escrita de tal modo que acádios, babilônios e assírios adotaram o sistema, adaptando à sua própria língua.

Nesse processo de difusão da escrita, o intercâmbio epistolar teve um importante papel como um instrumento de comunicação e de controle social das diversas etnias e seus distintos dialetos. Além dos objetivos econômicos e políticos que impulsionaram o desenvolvimento da escrita, outros fatores explicam o alcance da escrita e do comércio epistolar no mundo antigo.

Segundo Geoffrey Sampson (1997, p. 66-68), o intercâmbio de mensagens auxiliava a manter fluidas as relações sociais, minimizando as ambiguidades linguísticas que coexistiam na mesma região.

Escritas ao menos em duas línguas, as cartas tornaram-se grandes aliadas na resolução de conflitos orais entre indivíduos de mesma comunidade urbana ou estrangeira. Entretanto, diversos historiadores e assiriólogos afirmam que o uso epistolar surgiu como um gênero de elite, limitado a um grupo seleto de escribas, versados tanto na escrita convencional, quanto na grafia fonética.

Bottéro destaca evidências que comprovam esta clivagem social na prática de leitura e escrita de cartas. De acordo com o assiriólogo e orientalista francês, o fato de que gente comum fazia uso de alguns poucos caracteres, os mais usuais, e de que alguns grandes personagens teriam sido iniciados desde sua juventude na escrita, não diminui o “analfabetismo” generalizado existente no mundo oriental antigo.

Si se quieres tener una prueba de este ‘analfabetismo’ generalizado, las cartas, en esa región, incluso entre personajes ilustres, dictadas por el remitente a su secretario, eran siempre dirigidas de manera inmediata, no a su destinatario, sino al letrado que se encargaría de leer su contenido al destinatario: *‘Tú (lector), dirás a Fulano (el destinatario) Zutano (el remitente) te hace saber lo siguiente.* (BOTTÉRO, 1995, p. 18. Aspas e itálicos do autor).

Desse modo, compreendemos que o principal objetivo da prática epistolar destinava-se à redação de mensagens oficiais, de uso administrativo e comercial, para tratar de assentamentos de terras, registros de contratos, tratados legais e governamentais. Contudo, a produção escriturária dos escribas manteve não só a ordem social, mas também a comunicação oral tangível e duradoura, materializada no intercâmbio epistolar.

Tendências imperialistas romperam as fronteiras geográficas e linguísticas, permitindo a difusão da escrita em todo o mundo oriental antigo. Dos sumérios, os conquistadores semitas conservaram quase tudo da vida civilizada: instituições políticas e sociais, organização administrativa, religião, direitos, técnicas e ferramentas agrícolas, arte e ciência e, sobretudo, a escrita

cuneiforme, sistema prodigioso que permitia fixar e propagar o saber no tempo e no espaço. (KRAMER, 1985, p. 10).

Tomada de empréstimo pelos conquistadores acadianos, a escrita suméria estendeu-se para além dos limites mesopotâmicos, tornando-se a escrita da diplomacia internacional (Fig. 4). Os caracteres sumero-acádicos foram adaptados por vários povos da Ásia anterior antiga para notar suas línguas de forma autônoma e original. Elamitas, hurritas, hititas, assírios, egípcios, babilônios e, no curso de uma longa história, transmitida ao mundo helenístico, percussor imediato do nosso. (HIGOUNET, 1997, p. 29-37).



Figura 4: Mapa do Próximo Oriente Antigo (KRAMER, 1985, p. 14).

Este difusionismo transcultural alcançou apogeu na era de Hammurabi, fundador do império semítico da Babilônia. A tradução de centenas de cartas, escritas pelo rei, entre 1792 a 1750 antes da nossa era, são evidências da prática epistolar de autoridades governamentais. Emanuel Bouzon observa que todas apresentam uma fórmula introdutória idêntica: “A NN disse, assim (fala) Hammurabi”, o que comprova um *modus epistolaris* já existente na Antiguidade. Bouzon destaca que a escrita cuneiforme usada nas placas sumérias é semelhante à língua acádica, empregada nas cartas de Hammurabi e em outros documentos de chancelaria,

Sua imensa correspondência com os governadores de província, especialmente com Siniddinam de Sippar e com Samashasir, demonstra um esforço enorme e uma vontade incansável e insubornável de fazer reinar a justiça em seu reino. (BOUZON, 1986, p. 11).

O célebre “Código de Hammurabi” é um testemunho eloquente da grande reforma jurídica, empreendida para criar um estado de direito desde o Golfo Pérsico até o Deserto da Síria; e eternizado até hoje como instrumento obrigatório para o estudo histórico e comparativo do Direito. Trata-se de uma coleção de quase 300 leis, que define toda sorte de crimes e especifica terríveis penalidades para a antiga sociedade mesopotâmica. Conservado em uma estela de diorito negro com 2,25 m de altura, a inscrição consta de cinquenta e uma colunas escritas com sinais cuneiformes da época babilônica antiga, encontrada pela expedição arqueológica francesa de J. de Morgan nas escavações da acrópole da capital elamita, Susa, em 1901-1902. Atualmente, se encontra no Museu do Louvre, em França. (BOUZON, 1986, p. 12-13).

Curiosamente, a história das diversas ocupações na Mesopotâmia foram descobertas por modernos estudiosos, através de cartas do século XIV antes da nossa era, encontradas nas escavações do Egito, em 1887, em Tell el-Amarna; local da antiga capital egípcia no reinado de Aquenáton, o faraó herético que tentou substituir os numerosos deuses do país por uma única deidade universal. Entre as missivas escritas ao faraó, em caracteres cuneiformes e em acádico, então a *língua franca* do mundo antigo, havia correspondências com reis da Babilônia, da Assíria, dos Hititas, e até com funcionários egípcios. (KRAMER, 1967, p. 54).

A escrita sumero-acádica perdeu hegemonia após a conquista persa em meados do século VI antes da nossa era, mas o espírito litúrgico e científico dos sumérios permaneceu entre os mesopotâmios, igual como o latim, usado no mundo medieval. (KRAMER, 1985; HIGOUNET, 1997).

A seguir, abordaremos o sistema de escrita egípcia que, segundo alguns especialistas, coexistiu de maneira autônoma e independente à escrita suméria. A história da escrita epistolar, portanto, também começou na Suméria.

1.2. Cartas aos mortos no Egito

A sociedade egípcia movia-se sob outro tipo de lógica e se estruturava de maneira diversa da sociedade mesopotâmica. Se na civilização suméria a escrita representava um instrumento de intercâmbio comercial para administração dos centros urbanos e, também, de controle das relações sociais entre povos vizinhos; em nenhuma outra sociedade, a prática de escrita esteve tão identificada com o sistema político e religioso centralizado como na civilização egípcia.

De fato, há diversos contrastes entre o Egito e a Mesopotâmia, mas também há muito em comum. Cardoso (1999) afirma que, em geral, esta afinidade resulta em sínteses equivocadas, no que tange os aspectos religiosos, reunindo numa visão única de mundo, não só Egito e Mesopotâmia, mas também outras civilizações do Próximo Oriente Antigo.

No que diz respeito às diferenças, a relação de causa e efeito costuma cair no determinismo étnico-geográfico, ao comparar as características ambientais e demográficas entre Egito e Mesopotâmia. Embora não seja inconciliável, Cardoso considera mais adequado tratar os contrastes, em função das transformações sociais que resultaram em um reino unificado, na primeira e em numerosas cidades-estados, na segunda. (CARDOSO, 1999, p. 52).

Com efeito, o aparecimento da escrita coincide com a formação do Estado egípcio por volta de 2900 antes da nossa era. (HIGOUNET, 1997, p. 38). Os hieróglifos, do grego *hieros*, “sagrado”, e *glyphein*, “gravar”, correspondiam à língua do reino antigo e parcialmente do Primeiro Período Intermediário, em que aparecem textos administrativos, religiosos e autobiográficos, gravados em pirâmides e tumbas privadas. (ARAÚJO, 2000, p. 23).

Os egípcios tinham plena consciência da monumentalidade da sua escrita, e a casta dominante, majoritariamente composta por sacerdotes e escribas, fez considerável uso disso. A forma tradicional era usada para pronunciamentos oficiais e para importantes inscrições públicas, com enorme

capacidade de, ao mesmo tempo, impressionar, atrair e mistificar. No entanto, o propósito essencial era associado à conotação religiosa, conhecida como “a escrita das palavras dos deuses” (*sh mdw-ntr*). (BOWMAN; WOOLF, 1998, p. 66).

Textos mágicos eram inscritos nas paredes do interior das pirâmides das V, VI e VII Dinastias em Saqqara, destinados ao uso real, para assegurar a imortalidade do faraó no reino dos mortos. Em tumbas não reais, nobres e funcionários do Antigo Império portavam um rolo de papiro com textos funerários, retirados do Livro dos Mortos, versão mais barata do que os Textos das Pirâmides e dos Sarcófagos. (DAVID, 2011, p. 53).

A representação de um objeto, na arte e na escrita, tinha o propósito de fazê-lo viver para sempre. Os egípcios acreditavam no poder da imagem grafada, por isso mutilavam determinados signos que pudessem oferecer perigo ao morto, como insetos, cobras, aves, ou um deus malévolos. Os hieróglifos eram desenhados de forma incompleta, por vezes sem cabeça ou sem pés, para neutralizar as forças negativas. (ARAÚJO, 2000, p. 27).

Esta comunicação vinculada ao culto aos mortos e aos deuses aparece como uma variante da função epistolar, cuja prática não tem paralelo em outras sociedades antigas. A conservação dessas cartas funerárias se deve ao costume de escrever em tigelas, destinadas às oferendas de alimentos nas tumbas (Fig. 5). Os pedidos encontrados nas cartas são vários:

Alguns pediam ajuda aos inimigos, mortos ou vivos, particularmente em disputas familiares, outros solicitavam assistência legal em apoio a um suplicante que teria que se apresentar diante do tribunal divino no Dia do julgamento, e outros suplicavam por bênçãos ou benefícios especiais. (DAVID, 2011, p. 370).



Figura 5: Tigelas funerárias (DAVID, 2011).

Viajantes clássicos, como Heródoto, que visitavam o Egito, atraídos por uma civilização que já possuía 3 mil anos de existência na época do Império Romano, notaram esta variação entre o uso religioso e prático, presente nas escritas sagradas dos monumentos e nas formas cursivas em folhas de papiro.

No que se refere ao uso da escrita para a administração em geral, a invenção do papiro fomentou as formas cursivas, hierática (do grego *hieratikos*, “sagrado”) e demótica (do grego *demos*, “o povo”). A última escrita, também cursiva, foi a copta, utilizada com certa frequência na difusão do Cristianismo, quando o Egito já fazia parte do mundo grego, há mais de sete séculos. Certamente essa característica, comum no Mediterrâneo oriental, de criar formas adequadas ao uso formal e popular da língua expõe a tendência centrípeta do governo egípcio, na maioria dos períodos. Segundo alguns egiptólogos, esse aspecto merece ser mais investigado. (BOWMAN; WOOLF, 1998, p. 69).

O fato é que antes da invenção do papiro, o intercâmbio epistolar havia resultado ocioso, já que a antiga escrita logográfica⁹ dificultava a comunicação à distância, exigindo a presença do remetente ou do escriba para interpretação da mensagem ao destinatário. A unificação do reino determinou uma escrita comum; e a demótica, que é uma versão estilizada do hierático, traz certa indicação de ter sido criada para suprir essa necessidade, sendo, portanto, um

⁹ Logogramas, às vezes, são chamados de ideogramas ou hieróglifos, referindo-se a símbolos que representam graficamente ideias abstratas. Exemplos modernos de escrita logográfica: #, \$, %, @.

ato político para propagar os interesses e valores do reino egípcio. (BOWMAN; WOOLF, 1998, p. 68).

Segundo Araújo, a atitude dos egípcios em relação à arte, à arquitetura e à escrita, fortemente impregnada por uma religião até hoje não compreendida de modo completo e inequívoco, de forma alguma era redutível a nossos valores correntes, e o verdadeiro significado de tudo o que produziram nesse vasto campo permanece para nós, necessariamente conjectural, por maiores que tenham sido os avanços alcançados até aqui no esforço de nossa aproximação com seu universo mental. (ARAÚJO, 2000, p. 21).

1.3. Os suportes e instrumentos de escrita

Os egípcios utilizavam diversos suportes: superfícies de paredes, colunas e portas dos templos e tumbas, onde se encontram narrados os feitos dos soberanos, mas também grande número de autobiografias e textos religiosos. Materiais como couro e tecido eram mais raros, ao contrário dos óstracos, cacos de vasos e lascas de calcário, muito utilizados para todo tipo de registro. Mas o suporte mais nobre era, sem dúvida, o papiro, planta abundante no delta do Nilo.

A escrita cuneiforme dos Sumérios e da Ásia anterior¹⁰ era, preferentemente, traçada em tabuletas de argila fresca, depois cozidas ao sol. Os mais antigos caracteres chineses são gravados no bronze ou casco de tartaruga. No tempo de Maomé, os árabes usavam muito osso de camelo. O uso de materiais menos duros e perecíveis proporciona, em geral, formas mais livres e cursivas. (HIGOUNET, 1997, p. 16). No entanto, antes da invenção do papiro, foram utilizadas madeiras, cascas de árvores, folhas de palmeira, seda, peles de animais e tabuletas de cera.

A folha de palmeira teve um grande sucesso no mundo indiano. Antes do papel, os chineses utilizavam lâminas de bambu e seda crua. O couro também foi um dos primeiros suportes das escritas arábicas. A Rússia

¹⁰ Antigo Oriente Médio, que abrangia o Egito, a Arábia, a Síria, a Palestina, a Armênia, o Irã e a Ásia Menor.

medieval empregava a casca de bétula, descoberta de Novgorod. O uso de tabuletas cobertas com cera, reunidas aos pares, por três ou em número maior, chamados de dípticos, trípticos e polípticos, era comum em Roma. Recentemente, na África do Norte, foram descobertas as tabuletas de madeira Albertini, da época vândala, final do século V, ainda hoje, usadas em Marrocos.

O papiro, o pergaminho e o papel são os materiais mais subjetivos da escrita, comuns desde o princípio da nossa era. O papiro foi utilizado, sobretudo, na Antiguidade; o pergaminho na Idade Média, e o papel, de origem chinesa, foram introduzidos no Ocidente, através do mundo árabe, a partir do século XI.

A técnica do papiro (*Cyperus papyrus*), descrita por Plínio, o Velho, em *História Natural*, (XIII, 68-69), foi monopólio do Egito até o século VII. O caule de um junco abundante no vale fértil do rio Nilo, era retalhado em tiras e prensado com água, que resultava em uma autocolagem; em seguida, secava-se ao sol. Esse material era pouco resistente, por isso seu uso foi abandonado completamente no século XI. (ARAÚJO, 2000, p. 28; HIGOUNET, 1997, p. 17).

A invenção do pergaminho é atribuída aos habitantes de Pérgamo, a cidade grega, na Ásia Menor (*pergamenum*). A matéria-prima é a pele de cordeiro, de bode ou de veado novo. Trata-se de um suporte tão resistente e liso que a Idade Média conservou seu uso na confecção de atas e livros, apesar da concorrência do papel, do século IX ao XIII. Em época de escassez, os copistas medievais raspavam os livros antigos com pedra-pomes, para transcrever novos textos, técnica conhecida como palimpsestos.

Finalmente, na China, surgiu a ideia da fabricação do papel a partir de trapos de cânhamo e linho. Mas até se tornar o papel de fibras vegetais que usamos hoje, a fabricação manual e sua fragilidade aumentava o custo final, até o século XIV. De acordo com Higounet (1997, p. 19), o suporte da escrita reage aos caracteres da escrita, desempenhando, portanto, um papel importante na evolução da letra.

Desde a Antiguidade, as pessoas utilizavam três instrumentos para escrever: o estilo (*stilus ou graphium*), haste de ferro ou de mármore com ponta para traçar os caracteres nas tabuletas de cera, o cálamo (*calamus*), que

permaneceu até o século XII, e a pena de ganso, cisne ou pato, retirada da asa direita das aves, as *rêmiges* ou *rectrizes*, conhecidas como penas de voo, por serem mais longas e firmes (Fig. 6); usadas desde o século VII, até ser destronada pela pena metálica (Fig. 7) no século XIX e, recentemente, pela caneta esferográfica, no século XX. De acordo com antigos manuais de escrita, a postura ideal para segurar a pena indicava pulso firme, com inclinação de 45 graus entre o papel e a pena (Fig. 8).

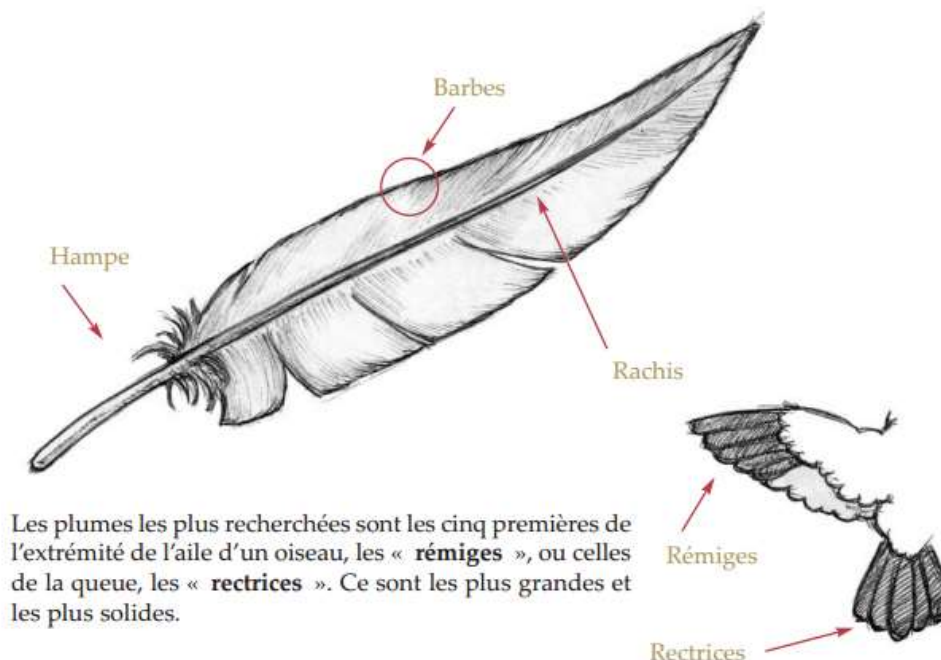


Figura 6: Pena de aves para escrita. (DAUPHIN, 2000. p. 6). ¹¹



Figura 7 – Penas metálicas, feitas com bambu e madeira. Disponível em: http://marianoprieto.com.br/loja/?page_id=1104.

¹¹ Tradução nossa: “As plumas mais procuradas são as cinco primeiras asas da extremidade do pássaro, as ‘**rêmiges**’, ou aquelas da cauda, as ‘**rectrizes**’. Essas são maiores e mais firmes.” Hampe = cálamo; Barbes = barbas; Rachis = raque. (DAUPHIN, 2000. p. 6).



Figura 8 – Postura ideal para segurar a pena. Acima vários cortes de aparos de pena. Ilustração da obra “Das Schneiden und Halten der Feder”: Johannes Stäps, *Selbstlehrende Canzleymäßige Schreibe-Kunst*. Leipzig, 1784. Disponível em: <http://tipografos.net/glossario/pena.html>.

A tinta de escrever remonta às antigas civilizações do Egito, China e Índia, que a produziram, a partir de negro-de-fumo, obtido de várias proveniências, diluído geralmente em água, vinho ou goma. Esta era naturalmente tinta negra, de que perdurou a designação “tinta-da-China”. Também foram produzidas tintas de cores a partir de corantes animais, vegetais e minerais, como tanino, moluscos, sulfato de ferro, noz de galha. A tinta ferro-gálica é obtida com a mistura de sulfato de ferro ou ferrugem misturado com óleo produzido pela noz de galha, cujo processo natural é obtido pela deposição de óvulos da mosca no bulbo, que cresce no broto da árvore do carvalho. Este bulbo contém tanino e ácido gálico, essenciais para a produção da tinta. (BERWANGER; LEAL, 2012, p. 84).

O uso das cores, obtidas com o preto do carvão, o branco da cal, o ocre vermelho, rico em hematita, o ocre amarelo, rico em limonita, o verde da malaquita e o azul da azurita ou de um composto de silício, cobre e cálcio, formam a paleta dos desenhos realistas que fascinaram Napoleão Bonaparte, durante sua expedição ao Egito, em 1799; ocasião em que o francês

Champollion desvendou o segredo da “Pedra de Roseta”, inscrita em hieróglifo, demótico e grego, fundando, assim, a egiptologia. Posteriormente, as escritas cuneiforme, persa e sumero-acádica foram decifradas graças aos esforços dos cientistas Münter, Grotefend, Rawlison, de Saulcy, Longpérier e Oppert, por volta de 1855. (ARAÚJO, 2000, p. 31; HIGOUNET, 1997, p. 24-25).

Todo o trabalho complexo de fixação da escrita, envolvendo a preparação do suporte e o manejo dos instrumentos era realizado pelo profissional responsável pela transmissão de tudo o que se produziu ao longo dos séculos, o escriba; “*sesb*”, na língua egípcia.

Muitos escribas eram empregados no templo e nos palácios, não só como secretários, guarda-livros, e contadores, mas também como arquivistas, amanuenses, “escritores-residentes”, que compunham hinos e epopeias sob encomenda, administradores de bens e; outros trabalhavam por conta própria, instalados às portas da cidade à espera de clientes iletrados que necessitassem dos serviços de escrita. Também na sociedade egípcia, em que a maioria das pessoas era presumivelmente analfabeta, todos recorriam ao escritor público de cartas, os *epistolographos*; o equivalente egípcio *sh n hyr*, significa, literalmente, “escrita de rua”. (BOWMAN; WOOLF, 1998, p. 75).

Na escola suméria, a *edduba*, florescia o erudito, o teólogo, o linguista, o poeta, que se dedicavam à escrita por longos anos de estudos e castigos severos. (KRAMER, 1967, p. 123). Já no Egito, o centro mais importante para a formação de escribas era a *per-ankh*, “Casa da Vida”. Seu papel assemelhava-se bastante ao dos *scriptoria* dos mosteiros da Europa medieval, onde se concentrava a atividade cultural.

Essas instituições funcionavam, de modo geral, como agentes de conservação e transmissão do conhecimento, através dos textos ali produzidos. Outro espaço importante de aprendizado era a “Casa dos Rolos de Papiro” ou “Casa dos Livros”, em egípcio *per-medjat*, que funcionava como uma biblioteca onde se abrigava os escritos produzidos na Casa da Vida.

As funções de um cargo como o do escriba real exigia o domínio da língua local e estrangeira, a exemplo dos escribas bilíngues que traduziam cartas escritas em cuneiformes, oriundas das relações diplomáticas. (ARAÚJO,

2000, p. 34). Aos escribas, portanto, devemos muito pelo seu trabalho de copistas, que permitiu conhecer documentos sobre diversas áreas do conhecimento, cujos originais se perderam ao longo do tempo.

Mas, em geral, muitos autores defendem a primazia do Egito na formação da civilização moderna, seja pelo fascínio que as gigantescas pirâmides ou as suntuosas tumbas reais exercem sobre as pessoas, seja pelo mistério da monumental escrita hieroglífica, passando pelas narrativas da Bíblia e pelo legado de Alexandria. Mesmo nos atuais livros de história da Antiguidade, ainda se considera a civilização egípcia como o antepassado direto do homem moderno, enquanto a Suméria e outras civilizações, quando mencionadas, são tratadas como parentes pobres do Egito antigo.

Por essa razão, neste breve percurso sobre a escrita no mundo semítico e, por conseguinte, sobre a prática epistolar, consideramos possível um processo comum e universal de criação de signos, cujo fenômeno concomitante em várias culturas resultou em sistemas gráficos semelhantes.

1.4. A carta na Grécia Antiga

Como vimos, o mundo antigo é mais rico na produção epistolográfica do que na sua teorização. Na Grécia antiga, as cartas eram relativamente raras e, quando usadas, eram lidas em voz alta. Este papel marginal da escrita, mesmo no período helenístico, se deve ao predomínio da tradição oral e da relutância de alguns escritores gregos em relação aos efeitos da escrita no uso da memória.

Paradoxalmente, Platão expressa sua crítica por meio da escrita, alvo de sua rejeição, para tecer críticas, através de Sócrates, ao reproduzir a lenda do deus egípcio Thot, patrono dos escribas, nas obras *Fedro* e *Sétima Carta*. No texto, Sócrates diz que ao criar a escrita, a divindade transformou a memória, mas também contribuiu para enfraquecê-la, pois o alfabeto

engendrará esquecimento nas almas de quem o aprender: Estas cessarão de exercitar a memória porque, confiando no que está escrito, chamarão as coisas à mente não já do seu próprio interior, mas do exterior, através de sinais estranhos. (LE GOFF, 1990, p. 438).

O principal uso da escrita, para a maioria das Cidades-estados, era o registro das leis e dos tratados. Segundo Aristóteles, “escrever leis incentiva a justiça e se constitui em base essencial para a democracia.” (BOWMAN & WOOLF, 1998, p. 45). Mesmo em Atenas, de onde provém a maior parte das evidências, a escrita estava longe da *polis*. Os registros eram destruídos assim que a transação se completava e, embora houvesse arquivos no final do século V, somente na primeira metade do século IV é que se registra um respeito maior pela escrita como prova, em termos de valor ao testemunho oral no tribunal. (BOWMAN & WOOLF, 1998, p. 45). Contudo, não se deve ignorar o papel da escrita no processo de conservação da poesia oral na antiga Grécia, através do aperfeiçoamento da escrita alfabética com vogais, adaptada do sistema fenício, que os gregos chamaram de escrita *phoinikeía sémeia*; “signos fenícios”. (BOUVET, 2006. p.47).

Com efeito, o alfabeto grego democratizou a escrita, no sentido de que permitiu ler e escrever palavras até mesmo em outras línguas, salvo algumas diferenças fonológicas. Ao contrário do alfabeto semítico, que admitia a omissão de vogais e que, ainda hoje, para alfabetizar crianças israelenses, até o terceiro ano, acrescenta pontos vocálicos ao registro hebraico tradicional. A notação de vogais na Grécia permitiu transcrever formas mais abstratas do pensamento filosófico e científico. Segundo Havelock, essa transformação da palavra de sonora para visual deu à antiga cultura grega sua ascendência intelectual sobre outras culturas antigas. (apud ONG, 1998, p. 106).

A filosofia grega esteve diretamente relacionada com a estruturação do alfabeto consonântico e vocálico, cuja forma de armazenamento liberou a mente de regras mnemotécnicas a favor de uma organização do pensamento mais ágil e prático. Este processo, evidentemente, demandou longos debates entre pensadores e retóricos, até ser incorporado à cultura grega.

É neste contexto que se desenvolve o “ofício de escrita”, praticado por profissionais contratados para escrever cartas ou documentos. Num período que cobre cerca de cinco séculos, desde o século I a. C. até o século IV d. C., menções a cartas aparecem nas obras de Demétrio, Filóstrato de Lemnos e Caio Júlio Victor, além das dispersas nas epístolas de Cícero, de Sêneca e de Gregório Nazianzeno. Um traço comum entre as primeiras teorizações sobre a

epistolografia é a definição da carta como um diálogo entre amigos e, como tal, deve ser breve e clara, adaptando-se aos seus destinatários e empregando o estilo mais apropriado. (TIN, 2005, p. 18).

O papel de relevo dado ao pensamento de Demétrio¹² se deve ao fato de ser o primeiro teorizador epistolográfico, cuja obra de referência, *De Elocutione*, expõe pela primeira vez as regras sobre a epistolografia, na forma de uma digressão, sintetizando um conjunto de princípios que permanecem referenciados nos principais tratados de epistolografia posteriores.

O *De Elocutione* aproxima a composição da carta com a retórica e, simultaneamente, aponta para seu afastamento ao dizer que a carta deve ser mais elaborada que o diálogo, a ser enviada como um presente, mantendo, porém, o estilo simples, de maneira que se aproxime de uma conversa entre amigos. Já para as cartas dirigidas ao Estado e as pessoas reais, devem adotar um tom ligeiramente elevado, sem chegar ao ponto de escrever um tratado em lugar de uma carta.

Demétrio conclui que a única filosofia que se deve encontrar numa carta são expressões amistosas e o uso de provérbios, já que são populares e de domínio comum. As teorizações de Demétrio refletem, portanto, o crescente papel da epístola, pública e privada, no período helenístico. (TIN, 2005, p. 20). Segundo Bouvet (2006, p. 51), a carta se converteu, quase inconscientemente, em lugar de conciliação [ou, eu diria, de negociação] entre a oralidade e a escrita.

1.5. A carta no mundo grecorromano

O mundo grecorromano nos legou a maior herança de cartas da Antiguidade tardia.¹³ A intensa produção epistolar compreende grandes escritores, como Libânio, Cícero, Plínio o *Jovem*, Sêneca, Quintiliano, Juvenal, Tácito e Padres da Igreja, como Basílio de Cesareia e Gregório de Nazianzeno,

¹² Não confundir com Demétrios de Fáléron, a quem erroneamente a tradição manuscrita atribuiu a autoria do *De Elocutione*. (TIN, 2005, p. 19).

¹³ A denominação Antiguidade Tardia, formulada no final do século XIX e início do XX, nos campos da História da Arte e da História das Religiões, serve aos historiadores e outros eruditos para dividir o tempo entre dois grandes períodos: a Antiguidade Clássica e a Idade Média, cujo período abrange do século III ao VIII d. C. (ARAÚJO, 2000).

os quais, junto com outros epistológrafos grecorromanos, formam um precioso patrimônio documental, com cerca de 15 mil cartas, aproximadamente, sendo Libânio (século IV d. C.), o maior representante grego com 1.544 e, Cícero, com 864 cartas, o recordista do mundo romano. (RAMOS, 2017, p. 26).

Na Antiguidade latina, a oratória possuía grande relevância entre os notórios personagens, dando lugar a uma nova forma de expressão. O gênero epidítico ou demonstrativo, do grego *epideiktikós*, e do latim *epidictīcu*; era um discurso retórico, lido em ampla audiência, com a finalidade de ressaltar as qualidades ou os defeitos de cidadãos de interesse público. Esta forma de “oralidade escrita” transformou a arte epistolar em um novo espaço de exibição da capacidade estilística dos oradores de inspiração aristotélica.

Convém destacar que, nesta época, um emaranhado de dialetos, provenientes da interpenetração cultural das conquistas romanas, exigiu a implantação de um sistema único de comunicação escrita. Assim, o latim se transformou em idioma oficial dentro da esfera pública e institucional, enquanto as línguas romances e o latim vulgar eram usados no cotidiano. Desse modo, assim como na Grécia antiga, o uso de cartas parece ter sido um espaço de longa negociação entre as culturas oral e a escrita, aparentemente, inconciliáveis.

1.6. Os mestres da Antiguidade tardia

Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.) não escreveu nenhum tratado sobre epistolografia, nem sistematizou o seu estudo em seus tratados de retórica. No entanto, Cícero escreveu diversos conceitos a respeito da arte epistolar, o que reforça a ideia de que ele tenha frequentado instituições de ensino greco-romanas.

Nas *Epistulae ad Atticum*; correspondências com o amigo Ático, Cícero define a carta como *amicorum colloquia absentium*; uma “conversação entre amigos ausentes”. Quanto aos tipos, Cícero distingue entre *litterae publicae* e *privatae*, adotando estilos diferentes, cuja narrativa é orientada para informar, mas também para persuadir o destinatário (TIN, 2005, p. 21).

A forma ciceroniana de recepção epistolar indica ser cortesia responder a carta que se recebe primeiro, seguindo a mesma ordem dos assuntos tratados pelo remetente. Já a estrutura, considera fundamental uma divisão tripartida em “abertura”, “setor central” e “conclusão”. Na “abertura”, a saudação inicial integra três elementos: *intitulatio*, *inscriptio* e *salutatio*, preparando para o “encontro” entre os interlocutores. No “setor central”, a função principal é conter a mensagem e, por fim, a “conclusão”, que atua como epílogo do corpo epistolar, reafirmando a motivação da escrita da carta e o interesse em retomar o contato (TIN, 2005, p. 23).

Lúcio Aneu Sêneca. Nas Epístolas morais a Lucílio, *Epistulae Morales ad Lucilium*; Sêneca apresenta os aspectos materiais da carta ao exortar que não se deve exceder a dimensão normal de uma carta, para não encher a mão esquerda do leitor. Na carta ao amigo Lucílio, Sêneca compartilha a teoria ciceroniana de que a carta torna presente o destinatário. O estilo coloquial e pouco elaborado das cartas de Sêneca se afasta dos artifícios grandiloquentes de oradores. Trata-se, portanto, de um epistolário didático ou erudito de 124 cartas, em que se difunde um tipo de ensino filosófico por correspondência (TIN, 2005, p. 23).

Filóstrato de Lemnos. Autor do *De epistulis*, do século III depois da nossa era, Filóstrato de Lemnos (-190 d.c.) não deve ser confundido com Filóstrato, o Atenense, de quem foi discípulo e genro. Filóstrato escreve uma carta a Aspasius de Ravena, criticando seu estilo inadequado para a escrita de cartas. Filóstrato lista outros romanos que servem como modelos de discursos epistolares; os filósofos Apolônio de Tiana e Dio, os comandantes militares, Brutus e seu secretário, o imperador Marcos, “o divino” e o retórico Herodes, o Atenense (TIN, 2005, p. 25).

Os Pais da Igreja. Gregório de Nazianzeno ou Gregório de Nazianzo foi um Patriarca de Constantinopla, teólogo e escritor cristão. Conhecido também por Gregório Teólogo ou Gregório, o Teólogo, é amplamente considerado como o mais talentoso retórico da era patrística (TIN, 2005, p. 27).

Omitimos a produção de outros pais da igreja, em razão de não apresentar uma teoria epistolar. Porém, convém dizer que, temos importantes

documentos escritos, como as célebres cartas de Santo Agostinho e de São Jerônimo; de Cassiodoro, apreciado pelas suas cartas artísticas; o epistolário de Gregório Magno, que deu origem ao estilo gregoriano, entre outros.

1.7. A *Ars Dictaminis* na Idade Média

A ausência de manuais de teorização epistolar na Antiguidade em contraponto com a enorme quantidade de livros sobre a *Ars Dictaminis*¹⁴ na Idade Média pode levar a ilusão de que a arte de escrever cartas seja uma criação da retórica medieval. Com efeito, os autores clássicos não elaboraram uma teoria consistente da arte epistolar, mas permanecem como referências absolutas, ao lado de outros ilustres missivistas medievais.

Coube, portanto, aos autores medievais a tarefa de elaborar uma completa e sistemática teoria epistolar, que conduziu a um volume de correspondências diplomáticas sem precedentes na Idade Média. Essa nova solução emergiu no final do século XI, no norte da Itália, e estava relacionado à estabilização dos domínios feudais, depois de séculos de tumultos, à emergência dos primeiros estados centralizados modernos, ao crescimento econômico e à expansão do comércio.

Herdeiros da tradição dos antigos escribas, os copistas medievais eram os responsáveis pela escrita no Medievo. Confinado até cerca do ano 1000 a alguns mosteiros e cortes régias, o uso da escrita se expandiu com extrema lentidão nas classes dirigentes dos jovens Estados europeus. Segundo Zumthor, o que deve ter favorecido a difusão da escrita era a relação estreita que ela mantinha com a voz: “para cima, no sentido de que ela servia para fixar mensagens orais e, radicalmente, para baixo, porque a codificação das grafias medievais fazia destas uma base de oralização.” (ZUMTHOR, 1993, p. 97).

O centro da *Ars dictaminis* esteve no convento beneditino de Montecassino, em torno de Alberico de Montecassino e Juan de Gaeta. No

¹⁴ O sentido de *Ars Dictaminis* está relacionado à adaptação dos preceitos do discurso falado à escrita, uma percepção que nasceu na Idade Média. Em fins do século XI esteve concentrada no mosteiro beneditino de Montecassino e, do século XII ao XIV, Bolonha foi o centro da *ars dictaminis*. (TIN, 2005, p. 33).

início do século XII, e pelos dois séculos seguintes, Bolonha passa a ser o centro principal da arte retórica epistolar. Um dos primeiros nomes a se destacar é o de Adalberto Samaritano, professor secular de Bolonha que redigiu seus *Praecepta dictaminum*, entre 1111 e 1118, que constituem a mais antiga *Ars dictandi* - distinguindo a matéria da disciplina, de que se tem notícia. (TIN, 2005. p. 33).

Considerado um rival de Adalberto Samaritano, o cônego Hugo de Bolonha compôs suas *Rationes dictandi prosaice*, entre 1119 e 1124 e, nesse contexto de disputa retórica, um autor anônimo de Bolonha escreveu as *Rationes dictandi*, em 1135. No entanto, a obra de Adalberto de Bolonha teve mais relevância na sistematização da epistolografia, destacando a *salutatio* (manifestação da cortesia), como um elemento fundamental, seguida da *captatio benevolentiae* (uma ordenação das palavras para influir com eficácia no receptor); *narratio* (a enumeração ordenada dos fatos sob discussão); *petitio* (com nove espécies: suplicatória, didática, cominativa, exortativa, incitativa, admonitória, de conselho autorizado, reprovativa e direta); e por fim, a *conclusio* (o término da carta). (TIN, 2005, p. 37-41).

Formalismos epistolares à parte, podemos notar que uma das principais mudanças da teoria epistolar medieval em comparação à escrita epistolar na Antiguidade consiste na forma como os autores medievais passam a entender o conceito de conversação. Com efeito, se para os clássicos a carta era um espelho da própria oralidade, os teóricos do Medievo distinguem de forma muito clara o texto oral do texto escrito. Nesse sentido, todos os tratados epistolares humanísticos serão unânimes em criticar e até mesmo ridicularizar a rigidez e o formalismo da *Ars dictaminis*.

1.8. A nova epistolografia

O início decisivo para o longo processo de transição entre o pleno domínio da *Ars dictaminis* medieval e a epístola humanística foi a redescoberta das cartas de Cícero, primeiramente por Petrarca, em 1345, e posteriormente, por Coluccio Salutati, em 1392.

A difusão de todos os textos clássicos pela imprensa e a produção de inúmeros tratados humanísticos resultaram na revisão dos preceitos epistolares medievais. Na Itália, os tratados *Novum epistolarium*, de Giammario Filelfo, o *De componendis et ornandis epistolis*, de Giovanni Sulpizio, e o *Ars epistolandi*, de Francesco Negro, retomam a noção ciceroniana de ausência/ presença (*sermo absentium*). Também, na Alemanha, Heinrich Bebel, em seu tratado *Commentaria epistolarum conficiendarum*, recomendava a leitura de Cícero, Plínio e Filelfo como modelos epistolares a serem imitados. (TIN, 2005, p. 42-49).

Desidério Erasmo, mais conhecido como Erasmo de Rotterdam, define a carta como “*epistola est absentis ad absentem colloquium*”, in *Breuissima maximeque compendiaria conficiendarum epistolarum formula* (1521). Conciliador do confronto entre a tradição epistolar medieval e a clássica dos puristas ciceronianos renascentistas, o teólogo humanista escreveu vários tratados, entre eles o *Opus de conscribendis epistolis*, no século XVI, para atender ao pedido de um dos seus alunos, pouco dotado na arte de escrever cartas. (TIN, 2005, p. 49).

Erasmo desenvolveu a ideia de que é necessário muito exercício para adquirir a capacidade de redigir uma carta com um “descuido estudado”, de forma que pareça quase improvisada, ou seja, “aqueles que ansiosamente procuram palavras obsoletas ou incomuns ou cunham neologismos e algumas vezes escrevem uma carta inteira com o objetivo de uma ousada palavra nova revelam ser bárbaros eles mesmos”. (TIN, 2005, p. 52). Comparando a carta a um polvo, que assume a cor do terreno, Erasmo afirma que a carta possui infinita capacidade de mudança e de adaptação aos momentos e pessoas, constituindo-se em um gênero proteiforme¹⁵, o que não significa que seja um gênero sem limites.

A vasta e variada história da escrita epistolar, seus suportes e instrumentos exige uma análise exaustiva, que ultrapassa os objetivos deste trabalho. Neste capítulo, priorizamos uma história concisa do processo lento e progressivo da arte epistolar como instrumento de mediação sociocultural,

¹⁵ Aquilo que muda de forma, como Proteu, deus da mitologia grega.

cujas principais civilizações do Próximo Oriente Antigo e do Ocidente europeu temos relativo acesso. Contudo, não menos importante, outras culturas escritas merecem um estudo aprofundado, como as recentes descobertas sobre os povos do vale do Indo, que segundo achados arqueológicos, utilizavam a escrita há mais de cinco a oito milênios antes da nossa era.¹⁶

Assim, consideramos mais relevante incorporar os estudos sobre cultura material, aplicando uma inversão metodológica, no sentido de “desdocumentalizar” a arte epistolar, colocando em primeiro plano as técnicas do corpo e da escrita de cartas, que normatizaram a vida da sociedade moderna.

¹⁶ Para saber mais sobre os povos do vale do Indo, consultar: CATACH, Nina. **Hacia una teoría de la lengua escrita**. Barcelona: Gedisa, 1996.

Capítulo 2

A materialidade social da prática epistolar

Capítulo 2: A materialidade social da prática epistolar

“O homem é um animal que pensa com seus dedos”. (HALBWACHS, 1939).

A libertação das mãos de suas atividades locomotoras tornou as pessoas disponíveis para outras funções técnicas e sociais, nas quais o corpo é o primeiro instrumento natural a dominar. Segundo Halbwachs, citado por Marcel Mauss, no artigo “As técnicas do corpo” (1936), “o homem não se contenta em nadar, correr ou brincar, mas ao fazê-lo pensa com seus dedos, suas mãos, seus braços, suas pernas.” (WARNIER, 1999, p. 1).

Numa linguagem poética, Focillon (1943, p. 24; 34), também, presta um elogio às mãos, “servas dotadas de um gênio enérgico e livre”, capazes de “ensinar o homem a possuir o espaço, o peso, a densidade, o número”. Educadoras, as mãos ensinam aos indivíduos como se multiplicar no tempo e no espaço: “Qualquer instrumento serve para escrever seus signos, ela os fabrica de aspecto estranho ou ousado, toma-os de empréstimo à natureza – uma lasca de madeira, uma pena de pássaro.”

Longe de uma abordagem paleo-psicológica da atividade criadora das mãos, trata-se de estabelecer um marco cultural da relação entre sociedade e cultura material como um fato social total¹⁷ determinante no desenvolvimento humano. A partir da herança de Mauss, os estudos sobre cultura material oferecem novas bases analíticas para se pensar as práticas sociais, através da interação entre corpo, objeto e espaço.

Embora estas sejam propostas recentes no campo dos estudos sobre cultura material, o que torna compreensível a pouca teorização encontrada a seu respeito, autores consagrados apontam para a importância de rematerializar o conceito de cultura, que no século XX, a moderna concepção antropológica conferiu excessiva ênfase nas relações sociais,

¹⁷ Fato Social Total é uma noção formulada por Marcel Mauss, em *Ensaio sobre a dádiva* (1925). Trata-se de atividades, que tem implicações em todas as esferas da sociedade: econômicas, jurídicas, políticas e religiosas. (MAUSS, 2003, p. 183-314).

desmaterializando elementos tão tangíveis como lendas, mitos, saberes e técnicas. (GONÇALVES, 2007. p. 218-219).

Trata-se de, diante das ciências humanas humanizadas em demasia, recuperar a dimensão material e fisiológica das relações sociais ou simbólicas, colocando em primeiro plano a cultura material na vida social. “E, ao lado dessa dimensão material, é preciso assinalar a dimensão fisiológica”, ou o uso das técnicas corporais. Objetos sempre implicam em usos determinados do corpo. Afinal, eles não são apenas bons para pensar, mas igualmente fundamentais para se viver a vida cotidiana. (GONÇALVES, 2007. p. 218-219).

2.1. Cultura material

Em um texto seminal, Meneses propõe uma reflexão sobre o papel central das coisas nos processos de rememoração, que ocorrem tanto no universo de palavras, quanto de objetos. Segundo o historiador, “o saber-fazer não é um conhecimento abstrato, conceitual, imaterial, filosófico ou científico, mas um conhecimento corporificado”; uma espécie de memória-hábito que nos permite criar e manipular elementos materiais de cultura, pensados em sua forma e materialidade, para servir à nossa sobrevivência física e espiritual. (MENESES, 2009, p. 31).

Ao definir cultura material como “aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem”, o autor enfatiza a intervenção humana, segundo propósitos e normas culturais. (MENESES, 1983. p. 112). Desse modo, o conceito pode abranger tanto artefatos, modificações na paisagem, coisas animadas (um animal doméstico, por exemplo) e o próprio corpo, na medida em que os objetos, também, exercem força motriz, impondo possibilidades e limites ao agente humano; e nessa convivência, matéria e sociedade criam-se mutuamente.

Esta é, portanto, a fortuna do termo cultura material, ele denota que a matéria tem matriz cultural e, inversamente, que a cultura possui uma dimensão material. As análises materiais, evidentemente, não serão úteis para

todo tipo de investigação, nem para todas as tipologias documentais. A utilização dependerá das perguntas feitas pelo investigador às suas fontes.

De acordo com Darnton (1998, p. 200), o significado do uso dos objetos está relacionado às formas de produção, aos investimentos feitos, ao empenho dos sujeitos em dominar as técnicas, assim como na escolha dos materiais e nos esforços que as instituições ou pessoas promovem na preservação de sua documentação.

A ideia do arquivo como lugar de memória, e não unicamente depósito dela é o que transforma o documento em monumento. O excelente estado de conservação de alguns arquivos do passado, sobretudo de relevância histórica e política, indica que as ações empregadas pelas elites letradas estão na origem da produção e recepção da escrita.

Em outras palavras, se hoje encontramos os *corpora* originais de nossa pesquisa bem conservados é porque foram produzidos com todo cuidado para sobreviverem aos impulsos destruidores do tempo e dos homens. (BOUZA, 2003. p. 359). Ao considerar a nata dessa produção, isto é, os consensos culturais hegemônicos, o que chamamos de cultura é, na realidade, um longo processo de seleção e filtragem. Os arquivos constituem os lugares menos imparciais, pois, de fato, são depósitos que forjam uma memória e, ao mesmo tempo, apagam outra.

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (LE GOFF, 1990, p. 548).

Petrucci (1999, p. 290) afirma que, para quem estuda criticamente os produtos das culturas escritas do passado, não pode haver questão mais fascinante do que aquela que se faz a propósito do por que e do como se foram formando e duraram no tempo os testemunhos escritos das sociedades históricas. Seleções para preservação significam a correspondência de inúmeras outras exclusões, que, ao longo do tempo, vão constituir um

patrimônio fragmentado do que se foi produzido, não deixando de ser este um ato político que também deve ser analisado no contato com a documentação.

Tiago Miranda lembra, ainda, que a preocupação com as técnicas, materiais e formas de preservação estava na origem da produção escrita, sobretudo, os documentos administrativos, sobrepondo à função primeira de transmitir apenas uma mensagem.¹⁸ Se estas preocupações estavam na origem dos documentos, devem ser analisadas como objeto indiciário das práticas sociais da época.

Pensamentos, ideias, relações e conceitos se expressam materialmente. Por outro lado, são estes elementos “imateriais” que viabilizam a existência do material. Por isso não é indicada uma separação entre cultura imaterial e material. (REDE, 1996, p. 274).

Seja qual for nossa insistência em fazer o passado falar, nunca encontraremos em nossas bibliotecas, nossos museus ou nossas cinematecas senão as obras que o tempo não fez, ou não pôde fazer, desaparecer. Mais do que nunca, compreendemos que a cultura é muito precisamente o que resta quando tudo foi esquecido. Saberemos relativizar as perdas do passado, para nos satisfazer com o que conservamos e com o que nossas sociedades, ainda, procuram salvaguardar? (ECO; CARRIÈRE, 2010. p. 6-7). Depende da escolha daqueles “que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” (LE GOFF, 1990, p. 535). e seus parceiros das Ciências Humanas.

2.2. As técnicas do corpo

Em 1936, Mauss estabelece as bases para um estudo antropológico das condutas corporais, definindo as técnicas do corpo como “as maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo”. (MAUSS, 2003, p. 401). No que diz respeito à

¹⁸ Pesquisa sobre o registro material do processo referente à expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses por D. José em 1759. (MIRANDA, 2009. p. 135).

interação entre a prática epistolar e a conduta corporal, os artefatos fazem parte da cultura de tal forma, que podem assimilar termos antropomórficos, e ao mesmo tempo, se incorporar ao cotidiano social.

No caso da cultura do manuscrito, o extraordinário vocabulário técnico dos copistas do Medievo apresenta termos que enunciam as características humanas, assim como movimentos que indicam sentido e direção. Em *De arte scribendi*, um pequeno tratado do copista catalão Gabriel Altadell, que trabalhava a serviço de Alfonso de Aragón, rei de Nápoles, em 1450, são encontrados termos como: “tíbia” e “capita”. Também no *Luminario*, de Giovan Battista Verino, publicado em língua italiana, em 1527, são encontrados termos como “venter”, “dorsum”, “umbilicus”, “cabeza”, “media cabeza”, “asta”. (PETRUCCI, 1999. p. 120).

A apresentação visual da escrita epistolar possui sua própria economia, leis de movimento e de estrutura. Na maioria das civilizações, os textos são lidos da esquerda para a direita e de cima para baixo, salvo escritas bustrofédicas, isto é, que alternam em todas as direções.¹⁹ Assim, no “corpo” do texto, as páginas possuem cabeças, pés, medidas humanas como palma da mão, polegadas, entre outros. Na escrita hieroglífica, por exemplo, o término de uma estrofe é indicado com o signo de um antebraço com a palma da mão voltada para baixo, abreviatura da palavra *gereh*, “pausa” ou “parar”. (ARAÚJO, 2000. p. 30).

Por muitos anos, salvo exceções, a escrita se constituiu por contato corporal a partir da voz. A ação dos escribas e copistas era tátil e sonora. A atividade desses homens da pena conferia aos ouvidos e a voz um papel determinante na constituição da escrita. A escrita oralizada envolvia uma espécie de ruminação, um cochicho ou uma vocalização, geralmente em voz alta. Essa maneira de ler e escrever se integrava tão bem à maneira de ser que, por volta de 1570, os indígenas se espantavam com esse traço curioso dos europeus. O penúltimo imperador inca, que resistiu aos espanhóis,

¹⁹ Os hieróglifos egípcios podem ser lidos, praticamente, em qualquer sentido, seguindo a direção da cabeça de um glifo. A escrita de origem semítica, como árabe, hebraico, persa e urdu são escritas da direita para a esquerda. (HIGOUNET, 1997, p. 43).

descreve seus vencedores como “homens barbudos que falavam sozinhos segurando nas mãos folhas de tecido branco.” (ZUMTHOR, 1993, p. 103-105).

A prática de escrita exigia, então, um intenso trabalho corporal. Apesar dos aperfeiçoamentos que foram desenvolvidos ao longo do tempo, “*scribère* exige um esforço muscular considerável: dos dedos, do punho, da vista, das costas; o corpo inteiro participa, até a língua, pois tudo parece pronunciar-se”. Zumthor assinala que poucos sabiam escrever ou ao menos assinar o nome, mas compor um texto exigia um árduo esforço físico e intelectual. “Escrever exige infinita paciência”, principalmente em épocas, cujos obstáculos materiais são consideráveis, “como a pouca maneabilidade de vários volumes, a má iluminação, a qualidade do suporte, a ilegibilidade de certas letras, o emprego de uma língua bastante diferente da fala cotidiana”, enfim, diversos fatores visuais, táteis e linguísticos, cuja ação de escrever cartas exigia método e arte. (ZUMTHOR, 1993, p. 100-106).

2.3. A geografia do uso epistolar

A geografia do uso epistolar, também, costumava impor limites de tempo e espaço. Em nosso estudo de caso, observamos a longa espera por respostas nas trocas epistolares entre Marrocos e seu pai. Em média, o tempo de travessia do Atlântico levava 86 dias, pouco mais ou menos a depender dos ventos e da sorte. No início do século XIX, os correios mais velozes eram Paris-Lisboa, por via terrestre, levando dez ou onze dias de viagem, e Lisboa-Londres, por via marítima, sete dias. (SCHWARCZ, 2002, p. 210).

Os atrasos de escrita, falhas na distribuição dos Correios ou apresamentos de navios, ora por corsários franceses, ora por ingleses a pressionar o fim do tráfico de escravos no Brasil, são alguns exemplos pontuais de desequilíbrio na troca de mensagens. Os conflitos armados na Europa também ameaçavam a segurança postal, por isso, apesar dos riscos, os missivistas recorriam aos portadores particulares. No Brasil, somente no final do Império, em 1888, a inviolabilidade da correspondência privada seria

garantida por lei. Contudo, tal medida não se aplicava às mulheres, que ainda levariam um bom tempo para usufruir desse direito.

Antes da regulamentação do selo postal ser pago antecipadamente pelo remetente da carta, as pessoas escreviam códigos secretos no envelope e ao receber a correspondência decodificavam as mensagens, recusando-se a pagar as altas tarifas.²⁰ Estratégias como essas corroboram com as considerações do crítico literário Alain Pagès, editor dos textos do naturalista francês Émile Zola. Segundo ele, o selo e o carimbo postal, impressos no envelope, possuem informações essenciais para comprovar datas, às vezes, ausentes na própria carta; assim como o fluxo temporal e os custos de postagem. Pagès questiona, ainda, se o sobrescrito não faria parte da introdução da carta, cujas regras de escrita recebem capítulos especiais nos manuais epistolares. (PAGÈS, 2017, p. 108).

Habitados com normas de classificação, Marrocos e seu pai elaboraram uma tabela calendarizada com as entradas e saídas de navios nos portos do Rio de Janeiro e Lisboa. De acordo com esse registro, no ano de 1813, os navios vindos do Rio de Janeiro, com malotes dos Correios, entraram na barra de Lisboa com 56 dias de viagem. Já no trajeto inverso, havia uma cadência ligeiramente mais rápida. Esses dados permitem mensurar as transformações econômicas e sociais que se faziam sentir no fluxo intenso de embarcações que ancoravam nos portos da ex-colônia feita Império.

Rio de Janeiro, 26 de
Junho de 1812.

Meu Pay e Senhor todo do meu Coração. [...] No dia 20 entrou o Navio Imperador d'America com 45 dias. Entrarão mais os Navios Triunfo da Inveja e S. Thiago Maior, o 1º a 22 com escala pela Bahia, donde veio em 18 dias, o 2º a 23 com 39 dias. (GARCIA, 1934, p. 87).

Desse modo, a interação entre sociedade e materialidade tem mão dupla, no sentido de dar conta da dinâmica de transformações não somente

²⁰ Em 1839, o inglês Rowland Hill propôs uma reforma postal, criando o sistema de selos, para evitar a devolução das correspondências. Em 1849, o sistema de “Porte Pago” foi regulamentado na Europa. O Brasil foi o segundo país a regulamentar o selo postal nas reformas feitas por d. Pedro II, em 1842. Em Portugal, os primeiros selos postais foram lançados em 1853, com a efígie da rainha d. Maria II. (CAMARGO, 2011. p. 64).

das pessoas, mas também da cultura material. Longe de formar um cenário estático, também as coisas possuem vida social com sucessivas mutações. Segundo Meneses, o pesquisador deve estar atento para a historicidade da cultura material, reinserindo em seu contexto original como coisa socialmente viva. Trata-se de uma inversão metodológica, que permite “desdocumentalizar”, ou seja, pensar o papel histórico da cultura material em interação com os indivíduos. (MENESES, 1983, p. 110).

Trata-se, portanto, de uma visão mais integrada de cultura, compreendendo que os objetos não estão à parte da vida social, que o documento tem uma história e que as marcas, vestígios e resíduos deixados na matéria são registros de processos sociais, tanto no que diz respeito à produção, quanto aos usos e formas de apropriação, circulação e preservação da arte de escrever cartas como objeto cultural, cujo saber-fazer produz efeitos até hoje.

Capítulo 3

A arte de escrever cartas com tintas mais temperadas

Capítulo 3: A arte de escrever cartas com tintas mais temperadas

Se analisarmos os dados da população livre da Província do Rio de Janeiro, na antiga freguesia de São Sebastião (tabelas 1 e 2), retirados do primeiro “Recenseamento Geral do Império do Brasil”, em 1872, podemos verificar que no conjunto da sociedade, o analfabetismo imperava entre homens e mulheres, independente de classe, cor ou gênero. Contudo, entre os alfabetizados, os homens escreviam ou, ao menos, assinavam mais que as mulheres.

De acordo com Chartier (2009, p. 114-118), grande parte da população, que tinha acesso à escrita, era dotada apenas da capacidade de ler, uma vez que a aprendizagem da escrita sucedia a da leitura e envolvia apenas uma parte das crianças, sobretudo, dos meninos. Em geral, a educação das meninas, salvo exceções, era restrita a aprendizagem da leitura, pois a escrita era vista como inútil e perigosa para o sexo feminino.

Desse modo, até meados do século XIX, as assinaturas em documentos paroquiais ou notariais, fiscais ou judiciários identificam uma população que certamente sabia ler, mas apenas uma parte sabia escrever, isto é, se todos os que assinavam o nome sabiam ler, nem todos os liam sabiam assinar, bem como os que sabiam assinar, nem todos escreviam, ou porque a assinatura constitui o último estágio de sua aprendizagem cultural, ou porque a falta de prática os fez perder o domínio da escrita e, naturalmente, o único resquício era a assinatura. Saber ler e escrever, portanto, permitia novas relações de poder e, ao mesmo tempo, servia de base para a construção do Estado moderno, que apoiava na escrita sua nova maneira de proferir a justiça e dirigir a sociedade. (CHARTIER, 2009, p. 120).

População Livre	Homens	Mulheres	Total
Branços	1749	1815	3564
Pardos	1034	1199	2233
Pretos	545	422	967
Caboclos	0	0	0
Total	3328	3436	6764

Tabela 1. Província do Rio de Janeiro: parcial do quadro geral da população livre considerada em relação aos sexos e raças. (Fonte: IBGE, 1872, p. 352).

População Livre	Sabem ler/ escrever	Analfabetos	Total
Homens	356	2972	3328
Mulheres	234	3202	3436
Total	590	6174	6764

Tabela 2. Província do Rio de Janeiro: parcial do quadro geral da população livre considerada em relação aos sexos e grau de instrução. (Fonte: IBGE, 1872, p. 353).

Por outro lado, os países europeus de ponta (França, Inglaterra, certos cantões suíços, italianos, flamengos, e estados alemães e centro-europeus) transitavam dos seus 2% de letrados setecentistas para 50%, aproximadamente, por volta de 1850, e 92% a 96%, em 1899 a 1900, enquanto a península Ibérica saía dos 2% em fins do século XVIII, chegava aos 20% em 1850, para atingir os 50% em 1899-1900. E no Brasil? (ARAÚJO, 2008, p. 18).

De acordo com Araújo, a marginalidade da prática de leitura e escrita, ainda hoje, pode ser depreendida e compreendida, a partir da imensa massa escrava ou mesmo 'livre' de iletrados e da pequeníssima fração de literatos, capazes de ler e escrever como escritores e leitores habituais, desde séculos passados. Ao comparar o Brasil dos séculos XVII e XVIII com Portugal, o historiador constata que a população letrada brasiliense não passava de 0,5% de 3,5 milhões de pessoas, isto é, "nem tão pessoas assim, pois no nosso caso havia a indiada brava e a negraria escrava"; enquanto no Velho Reino chegava aos 2% de 70 mil portugueses, ou seja, 17,5 letrados. (ARAÚJO, 2008, p. 19).

Essas diferenciações no acesso à cultura letrada no Brasil e no resto da Europa, sem dúvida, podem determinar grandes variações no processo de privatização das práticas de leitura e escrita, mas de forma alguma indicam medidas de competência cultural entre as sociedades. No entanto, boa parte dos pesquisadores brasileiros tende a considerar apenas indicadores, baseados exclusivamente em relatos de viajantes estrangeiros da época ou em dados imprecisos e lacunares de antigos censos demográficos (tabela 3), ignorando aspectos importantes da vida social e cultural brasileiros.

Anos	Autoridades	População
1776	Abade Corrêa da Serra	1 900 000
1808	D. Rodrigo de Souza Coutinho	4 000 000
1810	Alexandre Humboldt	4 000 000
1815	Conselheiro Velloso de Oliveira	2 860 525
1817	Henry Hill	3 300 000
1819	Conselheiro Velloso de Oliveira	4 395 132
1825	Casado Giraldes	5 000 000
1827	Rugendas	3 758 000
1829	Adriano Balbi	2 617 900
1830	Malte – Brun	5 340 000
1834	Senador José Saturnino	3 800 000
1850	Senador Cândido Baptista de Oliveira	8 000 000
1856	Barão do Bom Retiro	7 677 800
1867	"O Império na Exposição etc."	11 780 000
1868	Cândido Mendes	11 030 000
1869	Senador T. Pompeu de Souza Brazil	10 415 000

Tabela 3: População brasileira – 1776/ 1869.
(SOUZA E SILVA, 1870, p. 167).

No Brasil, a carência de dados sobre a distribuição territorial e da composição populacional, como natalidade, mortalidade e mobilidade social, compreende o início do período colonial até meados do século XVIII. As estimativas disponíveis até 1750 são conjecturas apoiadas em registros religiosos e em censos provinciais, sem comentários quanto aos critérios adotados.

A partir de 1750 até 1872, a Coroa portuguesa determinou censos regionais regulares. Apesar de grandes diferenças na qualidade das estatísticas entre as províncias, o interesse da metrópole era conhecer seus domínios e a população livre e adulta, apta ao serviço militar e ao exercício eleitoral. Somente em 1872, o primeiro “Recenseamento Geral do Império do Brasil” deu início ao período estatístico e, em 1940, os censos modernos a cada 10 anos. (IBGE, 1990, p. 22-24).

Desse modo, como os indicadores culturais macroscópicos não permitem medir a difusão mais restrita da prática de escrita, nem a mais extensa de leitura, recorreremos às pesquisas sobre a circulação de livros e impressos no Brasil, na passagem do século XVIII para o XIX, a fim de desenvolver nossa investigação a respeito da cultura letrada fluminense oitocentista.

Antes, porém, apresentamos uma estimativa da população, segundo as províncias, entre 1808 a 1872 (tabela 4), para quantificar a preponderância social e cultural da cidade do Rio de Janeiro sobre as demais regiões, sobretudo, após a transferência da Corte portuguesa em 1808, embora como já dito, os registros, principalmente do período pré-estatístico (do Séc. XVI a 1750) sejam estimativas conjecturais, cujos indicadores sociais excluem, frequentemente, informações sociais satisfatórias.

PROVÍNCIAS	ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO							
	1808	1819 (1)	1823	1830	1854	1867 (2)	1869 (3)	1872 (4)
BRASIL	2 424 463	3 596 132	3 960 886	5 350 000	7 677 800	11 280 000	10 200 000	10 112 081
Amazonas	(5) 96 000	19 350	128 000	...	42 600	100 000	76 000	57 610
Pará	123 901	...	190 000	207 400	350 000	320 000	275 237
Maranhão	120 000	200 000	164 836	183 000	360 000	500 000	400 000	360 640
Piauí	70 000	61 226	90 000	46 000	150 400	250 000	220 000	211 822
Ceará	160 000	201 170	200 000	273 000	385 300	550 000	560 000	721 686
Rio Grande do Norte	50 000	70 921	71 053	69 000	190 000	240 000	240 000	233 979
Paraíba	95 182	96 448	122 407	246 000	209 300	300 000	300 000	376 226
Pernambuco	244 277	368 465	480 000	602 000	950 000	1 220 000	1 250 000	841 539
Alagoas	116 000	111 973	130 000	257 000	204 200	300 000	300 000	348 009
Sergipe	75 061	114 996	120 000	267 000	183 600	320 000	280 000	234 643
Bahia	335 961	477 912	671 922	560 000	1 100 000	1 450 000	1 400 000	1 379 616
Minas Gerais	350 000	631 885	640 000	930 000	1 300 000	1 600 000	1 500 000	2 102 689
Espírito Santo	70 219	72 845	120 000	74 000	51 300	100 000	70 000	82 137
Rio de Janeiro (e Corte)	235 079	510 000	451 648	591 000	1 200 000	1 850 000	1 530 000	1 094 576
São Paulo	(6) 200 408	238 323 (6)	280 000 (6)	600 000	500 000	900 000	850 000	837 354
Paraná	59 942	72 400	120 000	100 000	126 722
Santa Catarina	38 687	44 031	50 000	50 000	105 000	200 000	140 000	159 802
Rio Grande do Sul	87 167	92 180	150 000	170 000	201 300	580 000	440 000	446 962
Mato Grosso	25 000	37 396	30 000	82 000	85 000	100 000	64 000	60 417
Goiás	(7) 55 422	63 168	61 000	150 000	180 000	250 000	160 000	160 395

(1) Exclusive 800.000 "Índios não domesticados". (2) Exclusive 500.000 "Índios errantes". (3) Exclusive 215.000 Índios. (4) Total corrigido pelo conselheiro Manoel Francisco Corrêa, incluindo estimativas a seu dados das paróquias omitidos da seguinte forma: 1.800 habitantes para o Maranhão; 62.954 habitantes para Minas Gerais; 9.600 habitantes para o Piauí; 36.880 habitantes para o Rio de Janeiro; 12.149 habitantes para o Rio Grande do Sul e 58.400 habitantes para Sergipe. (5) Inclusive o Estado do Pará. (6) Inclusive o Estado de São Paulo e do Paraná. (7) Estimado por Monsenhor Pizarro de Araújo, fonte e página 147.

Tabela 4. Estimativa da população, segundo as províncias - 1808 a 1872. Segunda edição da obra "Estatísticas Históricas do Brasil", que integra a coleção "Séries Estatísticas Retrospectivas: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988". (IBGE, 1990, p. 31).

3.1. O uso social da carta no Brasil oitocentista

Ao correr da pena, viajantes estrangeiros escreveram, com "pau de tinta"²¹, suas impressões sobre a paisagem idílica e os costumes exóticos do Novo Mundo. Nos relatos, predomina um discurso homogêneo, que estabelece uma dicotomia entre natureza e cultura, sempre com enaltecimento da primeira e a crítica à ausência da segunda.

Esse etnocentrismo europeu, que perpetua até hoje, certamente, influenciou as primeiras impressões de Marrocos sobre a cidade e os hábitos dos cariocas: "a terra he a peor do Mundo; a gente he indignissima, soberba, vaidosa, libertina; os animaes são feios, venenosos, e muitos; em fim eu

²¹ Pau de tinta, pau vermelho, pau rosado, pau-de-pernambuco, ibirapitanga são alguns dos nomes da árvore de Pau-Brasil, que deu origem ao nome do país. O corante, extraído de seu tronco, a *brasilina*, foi muito utilizado para tingir tecidos e fabricar tinta para escrita. (Disponível em <https://escola.britannica.com.br/artigo/pau-brasil/483444>).

crisimei a terra, chamando-lhe terra de sevandijas.”²² A julgar pelo passado de proibições, impostas pela colonização portuguesa, e pela falaciosa literatura de viagem, a presença de cultura letrada no país deve ter causado espanto ao bibliotecário.

É bem verdade que fazia pouco tempo que o Brasil experimentava uma autonomia política e cultural nunca antes vista na história do país, com a abertura dos portos aos estrangeiros, a implantação de inúmeras instituições administrativas e científicas, a criação da Imprensa Régia, a transposição da Real Biblioteca e, logo, seria elevado à Reino Unido de Portugal e Algarves. Mas estas iniciativas se concentraram nas principais metrópoles brasileiras, sobretudo, no Rio de Janeiro, cidade sede do governo português.

No que tange à cultura no Brasil Colonial, segundo Márcia Abreu (2000, p. 190), formas alternativas de acesso à erudição eram concebidas como estratégias para contornar os mecanismos de censura da Coroa portuguesa. A historiadora afirma que, ao contrário do que se pensa, a documentação produzida por e para a censura metropolitana²³ revela um intenso comércio de livros no Brasil por meio de um intercâmbio epistolar entre letrados brasileiros e livreiros europeus, mesmo antes da vinda da Família Real para a cidade do Rio de Janeiro, em 1808. (ABREU, 2000, p. 190).

Villalta (1997, p. 357) confirma que, apesar do desprestígio escolar, no conjunto da sociedade predominava o apreço à educação. A instrução na

²² De acordo com a nota de rodapé na segunda edição das cartas de Marrocos, “sevandijas”, significa pessoa imunda, vil, desprezível, patife. (GARCIA, 1934, p. 68).

²³ Em 1768, a Real Mesa Censória é instituída por ordem do Marquês de Pombal com vistas à unificação do sistema de censura anteriormente dividido entre o Santo Ofício, o Ordinário e o Desembargo do Paço. Entre suas atribuições, constava o exame de livros em papéis em circulação entre Portugal e suas colônias. D. Maria I a substituiu pela Real Mesa da Comissão Geral para o Exame e a Censura dos Livros, mantendo a determinação de controlar a impressão, venda e transporte de livros. Em 1794, é extinta a Real Mesa e suas atribuições são repartidas entre o Santo Ofício, a autoridade episcopal e o Desembargo do Paço sem que se modificasse, entretanto, a forma de controle à circulação dos livros. Com a transferência da corte para o Brasil, em 1808, institui-se, por Alvará Régio, a Mesa do Desembargo do Paço no Rio de Janeiro, destinada, entre outras atividades, a examinar os livros importados e os escritos submetidos à Impressão Régia. A extinção do Santo Ofício em Portugal (1821), fez com que a Secretaria da Censura do Desembargo do Paço de Lisboa passasse a se responsabilizar pela matéria até 1826, quando a independência do Brasil é reconhecida por Portugal. A documentação da censura lusitana encontra-se conservada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com mais de 2600 pedidos de licença de envio de livros de Lisboa para o Brasil, entre 1769 a 1826. O Arquivo nacional do Rio de Janeiro conserva pouco mais de 100 pedidos, entre 1808 a 1821. (ABREU, 2001, p. 14; 2004. p. 2).

Colônia processava-se, em grande parte, no âmbito do privado, preenchendo o vazio da escola pública inexistente ou escassa. Na literatura de costumes de Gilberto Freyre, os filhos dos senhores de engenhos nordestinos, até meados do século XIX, costumavam fazer seus estudos na casa-grande e, em alguns casos, junto aos filhos de escravos e outros moleques, que aprendiam a ler, escrever, contar e rezar.

Esse processo informal envolvia uma rede de professores particulares, que atuavam como mestres de primeiras letras, formada por capelães, padres, caixeiros ou simples sujeitos alfabetizados, sem formação específica. Muitos letrados também se formavam no sistema de mestre e aprendiz, sendo poucos aqueles que estudavam em universidades estrangeiras. (VILLALTA, 1997, p. 359).

Esse sistema, no entanto, variava conforme os espaços, florescendo mais nos centros urbanos, onde a boa instrução era privilégio de uma minoria que almejava ascender na vida pública, particularmente no Sudeste, região central do império português.

Desse modo, a instrução também possuía um caráter social, voltado para a civilidade das aparências, constituindo um ornamento a ser ostentado como penhor de sabedoria e superioridade cultural.. Essa elitização do saber, não tanto econômica, mas, sobretudo, intelectual, era alcançada por meio de concessão régia ou importação clandestina de livros (BUARQUE DE HOLANDA apud SCHAPOCHNIK, 2008, p. 168).

O volume de pedidos de concessão para envio de livros ao Brasil impressiona, quando consideramos alguns fatores, como o custo elevado das obras, a importação restrita aos livreiros portugueses, e, ainda, o rigoroso sistema de censura e fiscalização do transporte pelos organismos censores. Entre 1769 a 1822, por exemplo, 18.903 títulos foram requisitados aos censores, dos quais mais de 1300 obras literárias foram enviadas para a cidade do Rio de Janeiro. De acordo com os pesquisadores, esse expressivo comércio de livros coloca em dúvida a ideia de que não havia leitores na colônia ou, ainda, que a pequena quantidade de livreiros era indício do desinteresse pela cultura letrada. (ABREU, 2000. p. 196).

De fato, o braço forte da censura lusitana pesava sobre o comércio livreiro colonial. Segundo Hallewell, até 1808 havia somente duas livrarias instaladas no Rio de Janeiro e, mesmo depois da transferência da corte para a cidade, esse número ampliou para pouco mais de uma dezena de livreiros, em 1823. (ABREU, 2003, p. 155). Por isso, é improvável que todas as solicitações de licença à Coroa partissem de mercadores de livros ou de negociantes de “secos e molhados”.²⁴ Nessas circunstâncias, a cooperação entre leitores e livreiros tornaram possíveis formas alternativas de cultura letrada, mediada por intenso intercâmbio epistolar, no qual Marrocos participou ativamente.

Pesquisas comprovam que o comércio de livros no Brasil era um negócio entre amigos ou entre pessoas não especializadas, contratadas como “mancebos”, isto é, intermediários na distribuição e venda de livros importados da Europa. Os “não-livreiros” eram, muitas vezes, responsáveis por encomendas de livros mais frequentes e numerosas do que as próprias Livrarias. No livro de contas correntes da Livraria de Francisco Rolland, assim como nas correspondências do livreiro francês, indica que, além de particulares, também havia “negociantes de grosso trato” que recebiam livros da Europa em troca do envio de sacas de café, açúcar e peças de couro.²⁵

A contratação de intermediários era prática corrente, principalmente, porque havia uma estreita relação entre as concessões régias, condição social e a categoria profissional dos beneficiados. Entre 1768 e 1822, posse e leitura, sobretudo, de livros proibidos, eram obtidas como benesses ou privilégios concedidos pela Coroa para nobres e homens públicos, salvo algumas restrições.

²⁴ Comércio típico do século XIX, também conhecido como “empório”, onde a venda de livros era comum como qualquer outra mercadoria. (ABREU, 2003, p. 147).

²⁵ O livro de contas correntes e as correspondências de Francisco Rolland fazem parte do arquivo particular do professor Francisco da Gama Caeiro. Segundo Lúcia Maria Pereira das Neves, há um microfilme do arquivo na Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Porém, infelizmente, após várias tentativas, Neves não localizou a mídia. Para pesquisar mais sobre este assunto, consultar: CAEIRO, Francisco da Gama. **Livros e livreiros franceses em Lisboa, em fins dos setecentos e no primeiro quartel do século XIX**. Boletim Bibliográfico da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1980; e GUEDES, Fernando. **O livro e leitura em Portugal: subsídios para sua história (séculos XVIII-XIX)**. Lisboa: Verbo, 1987. Cf. ABREU, 2003, p. 144.

Os censores levavam em conta os pedidos relacionados aos ofícios dos requerentes. Assim, teólogos foram autorizados a ler e possuir obras diversas, mas não os advogados, aos quais era permitida exclusivamente a licença de livros jurídicos. (VILLALTA, 1997, p. 371). No entanto, se o controle censório era grande, a curiosidade era ainda maior. Decerto que o comércio livreiro não se limitava apenas a circulação legal de livros, mas é impossível quantificar o volume de obras contrabandeadas pelos agentes envolvidos no processo. A não ser seguir algumas pistas, que apontam para a análise do uso social da carta na construção da cultura letrada no Brasil oitocentista. Nesse sentido, lançamos um novo olhar para prática missivista de Marrocos, para investigar o uso privado da carta como instrumento de mediação cultural.

3.2. Brechas e artimanhas epistolares

Hábeis secretários na arte epistolar, Marrocos e seu pai articulavam estratégias discursivas para transformar a mera prática afetiva em um retórico instrumento político. O cargo de confiança e a proximidade com o rei ampliaram seu prestígio na corte, favorecendo a gestão de benefícios para si e terceiros. Consciente da preocupação do monarca em saber informações sobre os conflitos no Velho Reino, Marrocos escreve ao pai:

Rio de Janeiro, 18 de Novembro de 1811.

Meu Pay e Senhor do meu Coração. [...] Sua Alteza real vê-me todos os dias d manhã, eu tenho a honra de beijar-lhe a Mão, e quando tem vagar e ocasião me pergunta algumas cousas, a que lhe respondo concisa e claramente, sendo huma de Suas perguntas por varias vezes Se tenho tido notícias da minha gente? À vista disto creio ser escusado pedir alguma cousa, sem saber o que , estando certo que Sua Alteza real se não esquece de mim, pois foi quem me chamou para esta minha nova Repartição. (GARCIA, 1934, p. 45).

Para d. João, as correspondências familiares de um simples bibliotecário poderiam lhe trazer detalhes que escapassem ao seu conhecimento. Por isso, ambos estabelecem uma relação de dom e contradom ou economia da dádiva,

prática comum largamente usada no Brasil Imperial.²⁶ A troca simbólica entre o rei e o arquivista ocorria, em certa medida, por meio das “cartas selectas”, que Marrocos e seu pai manipulavam teatralmente para satisfazer a curiosidade do monarca.

Rio de Janeiro, 26 de
Junho de 1812.

Meu Pay e Senhor do meu Coração. [...]

Respondendo agora em particular às Cartas de Vossa_Mercê, devo dizer, que fiquei mui contente com as Cartas selectas, para o fim, que Vossa Mercê sabe, as quaes vem matizadas com judicioso artifício: por manha deixei-as, como por acaso, sobre a mesa grande juntas à escrivaninha, na Sala em que trabalho, e posso dizer-lhe que já se me perguntou *se eu tinha tido notícias de Lisboa?* (...) He muito bom que Vossa Merce vá continuando; porem mais de espaço, por não virem com datas tão próximas humas às outras (bem entendido que eu fallo das selectas): se lhe parecer, mistura as noticias bellicas com algumas místicas, com alguma Função de Igreja, Procissão, e cousa que cheire a murmuração, nada; e pelo contrario, venha hum ressaibo de erudição política nos seus vastos ramos; formando-se assim hum lindo ramallete. (GARCIA, 1934, p. 88).

A expressão “judicioso artifício” explicita a intencionalidade consciente dos missivistas, que forjavam cartas com temáticas agradáveis e um conveniente acaso. Este investimento epistolar ocupou lugar central nas atitudes do bibliotecário: “não tenho descançado hum momento a grangear Amigos de honra e valimento, ajudando-me nesta empresa a boa metralha das Cartinhas, que tem sido ouro sobre azul.” (GARCIA, 1934, p. 33).

Apadrinhamentos poderosos e “cartinhas” de recomendação, que pai e filho portavam de cada lado do Atlântico, formavam uma grande rede de sociabilidade regida por códigos e regras que, segundo Marrocos, era praticado por pessoas inteligentes.

Rio de Janeiro, 23 de
Novembro de 1815.

Meu prezadíssimo Pay e Senhor do Coração. [...] Não estou tão affastado da aplicação e do trato de pessoas inteligentes que não deixe de saber a regra epistolar, por todos praticada, de não confundir objectos de confidencia e segredo com couzas triviaes e domesticas; não só para se dar o devido valor ao negocio, de que se trata, com a cautela, que ele exige; mas para se poder communicar qualquer outro objeto a outra pessoa, sem se arriscar o segredo daquele; o que não poderia effectuar-se, se estivessem incluidos na

²⁶ Conceito criado por Marcel Mauss, em seu “Ensaio sobre a dádiva”, em 1924, no qual o sociólogo postula uma regra social básica, que domina um grande número de sociedades; fundada em dar, receber e retribuir. Para saber mais sobre o assunto, consultar a segunda parte da obra “Sociologia e antropologia”. (MAUSS, 2003, p. 183-314).

mesma Carta: e daqui vem que quase nunca se costumão formar 2.as e 3.as Vias a não ser em especulações de Comercio, com o titulo de Segurança, e em alguns Despachos de tarifa de Secretaria; [...] estas mesmas circunstancias tenho eu praticado muitas outras vezes, que se tem offercido, com V. Merce e com outras pessoas, com quem me correspondo; e he o que eu vejo praticar-se por alguns, que neste ponto me servem de modelos. (GARCIA, 1934, p. 249-250).

Ciente de suas artimanhas epistolares, Marrocos alertava a seus correspondentes para a falta de segurança e recomendava cautela absoluta nos assuntos de maior sigilo. Esta relativa privacidade que o próprio missivista estabelece em suas correspondências indica uma deliberada intenção em transmitir e receber informações políticas com o intuito de atrair a atenção para si, valendo-se da sua nobre função em organizar e catalogar os valiosos Manuscritos da Coroa. De acordo com o arquivista, as cartas, escritas em diversas vias, permitiam comunicar assuntos triviais, sem arriscar o segredo reservado à leitura apenas do destinatário. Marrocos recomendava ao pai para ter mais atenção:

Rio de Janeiro, 22 de
Novembro de 1811.

Meu Pay e Senhor do Coração. [...] Lembro-me pedir a Vossa Merce o favor de não mostrara as minhas Cartas a pessoa alguma, e ter nesse ponto a maior reserva, comunicando vocalmente apenas o que não for susceptível de sentidos sinistro; pois he cautela muito conveniente para nós ambos, pela facilidade de ficar-mos comprometidos insensivelmente: e nisto não faço exceção.²⁷

Marrocos tinha razões para pedir total discrição ao pai, pois além das cartas escritas para seduzir o rei, o bibliotecário também comercializava diversas mercadorias clandestinamente: café, quina, fitas francesas e, principalmente, livros eram alguns dos itens, transportados por “mãos fiéis”, para escapar das taxas alfandegárias.

Rio de Janeiro, 13 de Abril de 1813.

Minha querida Mana de todo o meu Coração. [...] A respeito das encomendas, que queres enviar-me para se venderem aqui, podes ficar na certeza de que cuidarei muito na sua extracção; pois tudo o que são enfeites de Senhoras têm aqui muita saída. [...] Um amigo meu trouxe de Lisboa uma condessa [cesta] cheia de fitas Francesas, e pedindo-me que lhas passasse pelas Senhoras do Paço, encarreguei-me da sua venda, e tenho-lhe feito ganhar mais de

²⁷ Carta n. 10, in GARCIA, 1934, p. 50.

cinquenta moedas. Daqui podes julgar as tuas encomendas. Além disto deves acautelar-se no modo de encaixotar tudo; porque quanto menor volume, melhor; **e se o Pai puder obter que algum Capitão traga isso como fato seu, será melhor que tudo, para se livrar dos Direitos da Alfândega.** (MARROCOS, 2008, p. 178. Grifo nosso).

Marrocos atuou como distribuidor da obra “Retratos, e Elogios dos Varões, e Donas, que illustraram a Nação Portugueza em Virtudes, Letras, Armas, e Artes, assim nacionais, como estranhos, tanto antigos, como modernos”, impressa na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, em Lisboa, iniciada em fascículos, entre 1806 a 1822 (Figuras 9 e 10). O arquivista recolheu subscrições, articulando anúncios nas Gazetas do Rio de Janeiro e do Pará, com a ajuda de padre Dâmaso, prefeito da Real Biblioteca, a quem o arquivista aprendeu a admirar e se beneficiar do seu valor político para atingir propósitos arrivistas.

Agentes não especializados neste ramo de negócio impulsionaram o comércio de livros e às vésperas da independência proliferaram por todo o país. De acordo com Márcia Abreu, a remessas de Portugal, realizadas após a transferência da Família Real, indicam que os mercadores de livros não eram os responsáveis pelo maior volume de obras; apenas 41% do total de livros remetidos estavam sob a responsabilidade de livreiros, enquanto que 58,5 eram enviadas para o Rio de Janeiro, a partir da iniciativa de particulares e de negociantes não especializados nesse comércio. A documentação conservada pelo Desembargo do Paço indica uma participação ainda menor dos livreiros: apenas 8,5% dos livros despachados chegavam às mãos de um livreiro, enquanto o restante, cerca de 91,5%, destinavam-se a negociantes e particulares. (ABREU, 2003, p. 156).

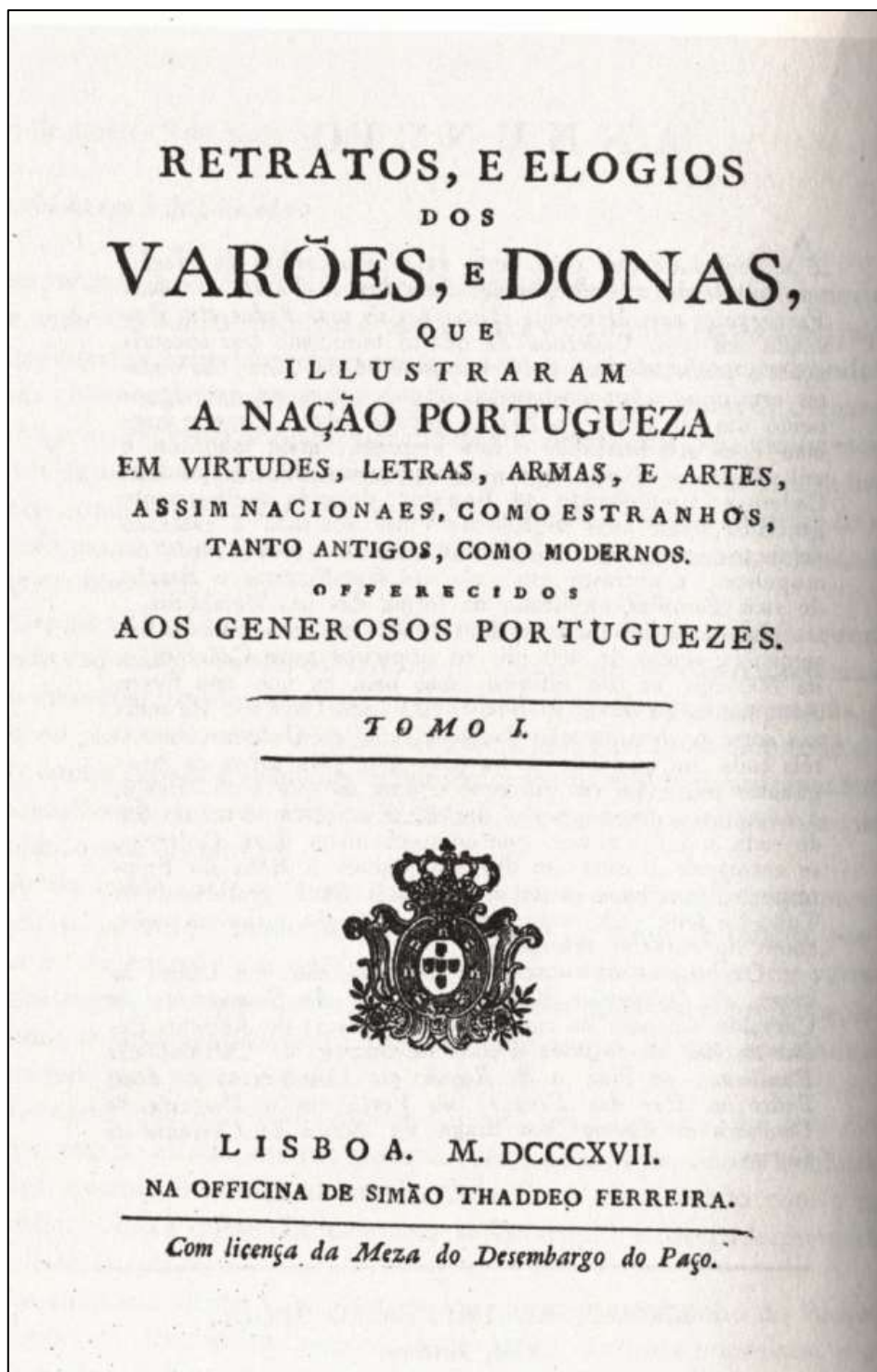


Figura 9 – Frente do anúncio de Retratos, e Elogios dos Varões, e Donas, que illustraram a Nação Portugueza. (MARROCOS, 2008, p. 353).

A N N U N C I O .

A Sociedade que com tanto zelo pelo credito da Nação tem publicado a *Collecção dos Retratos de Varões e Donas Portuguezes com Memorias Historicas de suas Vidas etc.* Havendo em doze Cadernos de quarto terminado por subscrição o primeiro tomo desta importantissima Obra; faz constar esta noticia áquellas pessoas doudas e curiosas, que, ignorando um tal serviço á Nação, queirão talvez cooperar tambem com seu beneficio a esta empreza, assás laborioza e util. Portanto adverte, que o dito primeiro tomo em os doze Cadernos comprehende 48 Retratos, delicada e docemente gravados, com suas respectivas Vidas em toda a extensão de factos, narrados com bastante criterio e individuação esculpuloza; e accresce em cada um dos Retratos o Brazão de suas Familias, explicado na forma das leis Heraldicas.

Este primeiro tomo he de 6120 réis em custo para os Assignantes, sendo de 480 réis os primeiros nove Cadernos, e de 600 réis os tres ultimos; mas para os que não forem Assignantes he de 8640 réis, a 720 cada Caderno. Da mesma sorte na continuação da Obra serão os Cadernos de 600 réis cada um, segundo se ha praticado, para todos os Assignantes pagos na sua entrega; e para os que o não forem, e comprarem avulso, serão de 720 réis. Além disto no fim de cada um dos tomos, que comprehendem doze Cadernos, se entregará a cada um dos Assignantes a folha do Frontispicio, com uma estampa allusiva á Obra, gratuitamente. Tudo he feito com muito asseio e perfeição assim no papel, como no character typografico.

Os lugares da subscrição e venda são: em Lisboa as loges, da Impressão Regia na *Praça do Commercio*; de Carvalho defronte da *rua de S. Francisco*; de Antonio Pedro na *rua Aurea junto á Casa da Gazeta*; de Carvalho aos *Paulistas*; de Pina a *S. Roque*: em Coimbra na de João Pedro na *Rua das Fangas*: no Porto em a *Portaria do Convento do Carmo*: em Braga na *Botica do Convento do Carmo*.

LISBOA: NA IMPRESSÃO REGIA.

Com Licença.

Figura 10 – Verso do anúncio de Retratos, e Elogios dos Varões, e Donas, que illustraram a Nação Portugueza..., com informações sobre as características da edição, preços e locais de venda em Portugal. (MARROCOS, 2008, p. 354).

Muitos eram os caminhos percorridos pelos leitores fluminenses para adquirir livros, na maioria das vezes, de segunda mão porque o preço alto desanimava os subscritores. A concorrência com os livreiros franceses Paulo Martin e Roberto Bourgeois, estabelecidos desde 1799, o elevado custo das taxas alfandegárias, os atrasos e extravios das remessas via portadores particulares, a falta de numeração nas residências, entre outras dificuldades

relatadas por Marrocos, contribuíram para o malogro nos negócios. Além, é claro, da falta de experiência e trato com o público, como admite o bibliotecário:

Rio de Janeiro, 6
de Setembro de 1819.

Meu Pay e Senhor do Coração. [...] Eu fiz ao principio melhor idéa desta empresa, mas enganei-me; por que com este primeiro passo conheci que pouco se tem vendido, e até muitos dos que subscreverão, não quizerão a Obra, quando souberão do seu preço; pois he certo que tudo o que passa de 480 ou 800 réis he dificultoso achar quem queira dispender por este modo, excepto quando se toma o trabalho de andar pelas casas de cada hum, pedindo como esmola de concorrer para a Subscripção, o que não he para mim, que não tenho tempo nem geito. (GARCIA, 1934, p. 387).

Frustrado, Marrocos critica o trabalho do vendedor ambulante, popularmente chamado de mascate, que andava de porta em porta a vender bugigangas e miudezas. De acordo com Darnton (1992, p. 60), a hierarquia do comércio livreiro na França setecentista, se dividia “em cascata”, com diferentes níveis: “do pobre-diabo que percorre aldeias a pé, vendendo artigos de armarinho e almanaques guardados numa caixa pendurada em seu pescoço” ao “negociante de feira” ou “feirante-livreiro”, que andava de cidade em cidade, até chegar ao dono de uma pequena loja com endereço fixo ou ao grande livreiro. No Brasil joanino, a hierarquia não parece, economicamente, tão desigual: do mascate ao comerciante não especializado e aos livreiros com endereço fixo, todos adotavam formas alternativas de acesso aos livros e à cultura letrada.

Esse panorama da atuação dos livreiros no Rio de Janeiro e o papel de intermediário cultural do bibliotecário, à guisa de conclusão, desmistifica a ideia etnocêntrica dos viajantes europeus, que desconsideraram a presença de cultura erudita no Brasil oitocentista, assim como o discurso homogêneo de alguns pesquisadores, que tendem a associar a ausência do poder público nas esferas sociais com a suposta falta de interesse dos indivíduos pela prática de leitura e escrita no país. Os “judiciosos artifícios” de Marrocos e seu pai confirmam que, apesar das limitações, a sociedade encontrava brechas epistolares para negociar com o sistema.

3.3. Cultura ornamental: entre o ser e o parecer erudito

Livros importados da Europa representavam signos de erudição, cujo espólio, frequentemente, era acompanhado de outros bens, acumulado, às vezes, com sacrifícios, para atender objetivos exibicionistas. Segundo Villalta (1997, p. 373), a análise de inventários *post mortem* permite conjecturar que livros e objetos de escrita constituíam símbolos de poder e prestígio, na medida em que seus aspectos materiais são descritos com riqueza de detalhes, revelando a importância não só de ser, mas, sobretudo, de parecer um erudito.

Essa cultura ornamental se evidenciava no uso de elementos materiais de cultura ostentados nos espaços domésticos, como papeleiras, canetas, aparadores de penas, tinteiros, mata-borrões, areeiros, caixa de obreias, sinetes com monogramas ou brasões da família, para lacrar correspondências públicas e privadas (Figuras 11 a 14).



Figura 11: Sinetes e anéis sigilares.²⁸
MHN, 2003.



Figura 12: Mata-borrão



Figura 13: Areeiro. MHN, 2003.²⁹

²⁸ Sinetes do conde de Boa Vista; pingentes sigilares de d. Pedro I e anel sigilar do marquês de Abrantes. Séculos XIX e XX. Foto: Rômulo Fialdini. (GÓMEZ; MIGNOT, 2003).

²⁹ Pequeno recipiente com tampa furada com o qual se derramava areia fina sobre a escrita, a fim de secar a tinta.



Figura 14: Tinteiro de prata. MHN, 2003.

Estantes com livros falsos de guardas douradas, também, decoravam áreas reservadas à prática de leitura e escrita (Figuras 15 e 16). Quando a Mesa Censória concedia licença para livros proibidos, os beneficiados deveriam armazenar em estantes fechadas com chave, e rede de arame, de sorte a não serem vistos, nem lidos por pessoas não autorizadas. Posse e leitura eram, portanto, um privilégio a ser fruído na privacidade, não podendo ser ostentado publicamente. (VILLALTA, 1997, p. 371).



Figura 15: Secrétaire style Louis XV - Provence d'époque XVIII - Gabinete de escrita, com bandeja dobrável, nichos ou gavetas secretas. Disponível em: <http://www.terre-meuble.fr/definition-le-scribanne-ou-scriban/#more-801>.



Figura 16: Secrétaire - gabinete de escrita com biblioteca na parte superior.
Disponível em: <http://www.terre-meuble.fr/definition-le-scribanne-ou-scriban/#more-801>

Certamente, esta civilidade das aparências não invalidava o papel da cultura letrada no Brasil, nem impedia que segmentos hierarquicamente desfavorecidos da sociedade partilhassem os códigos sociais, mesmo que não tivessem acesso à educação. A nova ordem comunicacional implicava, direta ou indiretamente, no convívio diário com a escrita, seja no interior das casas, seja por meio de impressos e manuscritos que circulavam na cidade.

Embora os relatos e pinturas de artistas viajantes tendem a homogeneizar a sociedade brasileira, delimitando certa incompatibilidade entre cultura e erudição e ridicularizando os hábitos sociais, vemos no registro iconográfico do pintor francês Jean-Baptiste Debret, a prática de leitura e escrita de “Um erudito trabalhando em seu gabinete” (Fig. 17).



Figura 17: Um erudito trabalhando em seu gabinete.

(DEBRET apud VILLALTA, 1997, p. 376).³⁰

A aquarela de Debret pode causar certo estranhamento ou riso, na medida em que apresenta um ambiente rústico e improvisado. Contudo, se analisarmos a dimensão material da prática de escrita do erudito, podemos inferir uma releitura dos hábitos europeus com *tintas mais temperadas*.³¹

Fazendo coro com os estrangeiros europeus, Marrocos pragueja contra o clima, a comida e a gente do Brasil, “abominável terra, país infernal, sítio de degredo; mais pestífero do que o de Cacheu, Caconda, Moçambique, gente desprezível, um País, onde reina a moleza e a preguiça, que até no falar há sono” são algumas expressões utilizadas pelo bibliotecário para traduzir o seu enorme desconforto, sem falar nas moléstias que “neste País são mais activas do que em Portugal.” (MARROCOS, 1812: 104-107; 341).

³⁰ DEBRET, Jean B. “Un savant travaillant dans son cabinet”. In: **Voyage pittoresque et historique au Brésil**. volume IV, prancha 10. Acervo Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro, 1827. (Apud Villalta, 1997, p. 376).

³¹ Tomamos como referência a crítica da antropóloga Lilia Schwarcz para o uso dos manuais de costumes no Brasil do século XIX: “Muito úteis eram os novos guias, aqui consumidos por sua ‘novidade’. Era por meio desses guias que se espelhava a civilização europeia, era levando em conta seus conselhos que se coloriam os trópicos com tintas mais temperadas. (SCHWARCZ, 1998. p. 316. Grifo nosso).

De fato, a geografia epistolar impactava diretamente na interação entre corpo e matéria, repercutindo nos sentimentos e na produtividade dos indivíduos. O frio rigoroso da Europa ou o calor excessivo nos trópicos causava incômodos físicos e materiais. O inverno europeu imobilizava os dedos e congelava a tinta; já no verão tropical, as altas temperaturas obrigava uma mudança nas práticas sociais de eruditos e populares no Rio de Janeiro; fenômeno, aliás, que castiga os cariocas até hoje: “Chegou o tempo dos maiores calores, que me fazem vestir no dia 3 e 4 camisas, e todas as bisbilhoteiras destas cariocas não se tiram das gamelas a banharem-se a miúdo, para apagarem as chamas, em que ardem.” (MARROCOS, 2008, p. 271).

Rio de Janeiro, 8 de
Março de 1813.

Meu prezadissimo Pay e Senhor. [...]. O calor da estação tem sido extremo e quase febril, chegando o termometro muitas vezes a 97 grãos [Fahrenheit = 36°C], cousa extranha e pasmosa: considere Vossa Merce que incomodos não tenho eu padecido, com o trabalho diario, de que estou encarregado que exige a maior fadiga e disvelo, sendo só, sem mais ajuda de braços, e isto debaixo de hum calor insoffrível, que me faz destillar de continuo.³²

Abreu (2006. p. 241-243), no entanto, considera a produção pitoresca de Debret um evidente rebaixamento cultural feito pelo artista, ao apresentar o erudito vestido de camisola e chinelos. Para ela, tudo denota improviso e desleixo: a ausência de uma mesa, que obriga o intelectual a escrever sentado numa rede, banquinhos para apoiar textos e papéis caídos no chão: “Provavelmente trata-se de um naturalista, pois há uma ave empalhada na parede, muitos livros na estante, um globo terrestre, um grande in-fólio – formato reservado aos textos de ciências – sobre a cadeira.” Villalta (1997, p. 376), entretanto, faz uma leitura menos ácida sobre as condições de um Brasil que tentava aprender às pressas as regras de bem viver: “a conquista de um status ocorreu de forma paulatina por parte das elites intelectuais e que, ainda, era inconclusa à época da Independência.”

O estudo etnográfico de Câmara Cascudo (1983) sobre o hábito comum e cotidiano de dormir em redes no Brasil, desde o século XVI e, ainda, bastante

³² Marrocos se refere à escala Fahrenheit, que equivale a 36°C à sombra. (GARCIA, 1934. p. 123-124).

extensivo, até meados do século XIX, pode ser útil nessa discussão bibliográfica. Em seu livro “Rede-de-dormir: um estudo etnográfico”, publicado em 1950, Câmara Cascudo percebe a relação entre corpo e cultura, na medida em que a rede é pensada como uma extensão do corpo.

Desde o período colonial, a rede-de-dormir é usada com várias funções no ciclo de atividades diárias, estando constantemente armadas, servia de cadeira, escabelo e descanso, principalmente, no sertão nordestino. “Nela conversava, mercadejava, fazia planos, concertava alianças, discutia, propunha, ajustava”. Na medida em que a rede-de-dormir é pensada como uma extensão do corpo do seu proprietário, ela o acompanha em seus diversos deslocamentos sociais e simbólicos. Ela se torna uma espécie de extensão material e estética de sua condição social e moral. (GONÇALVES, 2007, p. 219-220).

Assim, podemos relativizar a tela do artista francês com o cotidiano brasileiro, comprovando, mais uma vez, a existência de cultura letrada no país e, também que, entre o ser e o parecer erudito, as ideias são mais edificantes do que a aparência. Estudar a prática epistolar luso-brasileira implica, portanto, em analisar os códigos, que regulamentavam o comportamento socialmente aceitável em contraste com os usos culturalmente viáveis.

Com efeito, apresentamos no próximo item a pedagogia de costumes, que regulava a ‘gramática’ social, e cujo propósito era disciplinar à sociedade (CERTEAU, 1998. p. 221-246). Antes, porém, uma breve biografia do arquivista, com suas impressões pessoais sobre a cotidianidade fluminense, costurando sua experiência pessoal com sua multitemática prática missivista.

3.4. Marrocos: um homem de letras, papel e tinta

Rio de Janeiro, 1º de
Dezembro de 1813.

Meu prezadíssimo Pay e Senhor de todo o meu Coração [...].
He huma regra para mim invariavel – escrever para nossa Casa em todos os Navios com a extensão possível – e não faltarei a ella, se não ou por molestia improvisa, que me não deixe aproveitar de soccorro alheio, ou por falta de tempo a suprir a inesperada sahida dos Navios. (GARCIA, 1934, p. 174).

Religiosos de formação, mal-humorados de caráter, minuciosos nos detalhes, queixosos por ofício, cuidadosos nas classificações e ciosos de suas responsabilidades são características que, segundo Schwarcz (2002, p. 285), conformam um grupo específico, definido não apenas por sua profissão, mas também por um estilo peculiar, reservado às pessoas habituadas às normas e regras sociais, como o bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos.

Durante uma década, Marrocos manteve regular correspondência com sua família em Lisboa. No trecho da carta usada como epígrafe, o arquivista estabelece como “regra invariável”, escrever aos seus familiares em todos os navios, salvo em casos alheios a sua vontade. Este pacto epistolar, selado com o pai e principal destinatário, faz parte de uma “prática relacional, que envolve receber, ler, responder e guardar cartas”. (GOMES, 2004. p. 19).

Para cumprir a promessa, Marrocos utilizava três vias postais diferentes: o correio-geral e o saco da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra garantiam o registro e o controle relativo das remessas; já os portadores particulares, embora facilitassem o envio de grandes volumes, como: livros, papéis, dinheiro, café, quina, entre outras mercadorias que burlavam o controle alfandegário, eram sujeitos a violações e constantes extravios.

Ao todo, Marrocos escreveu 206 cartas para familiares e amigos. A primeira, em 12 de abril de 1811, a bordo da *Fragata Princesa Carlota*, conta os infortúnios em transportar a segunda remessa dos livros da Real Biblioteca portuguesa para o Brasil. Após três longos e tenebrosos meses, o arquivista desembarca em 17 de junho de 1811, na cidade do Rio de Janeiro. Mal sabia que esta aventura representaria grandes e definitivas transformações em sua vida pública e privada.

Meu Pay e Senhor Do Coracao

Esta he feita entre Ceo e agoa, sobre mil aflições, desgostos e trabalhos, quaes nunca pensei sofrer; [...]. Ao outavo dia de viagem já era corrupta e podre a agoa de ração, de maneira que se lanção muitos fora os bichos para poder beber-se [...]. Não há botica suficiente para os doentes, pois não consta mais do que de meia duzia de hervas, sendo aqui as molestias em abundancia; [...]. Finalmente para dizer tudo de huma vez, se eu soubera o estado, em que existe a *Fragata Princeza Carlota*, repugnava absolutamente de metter-me nella e a Livraria, e nisto mesmo fazia hum grande serviço a S. A. R. (GARCIA, 1934. p. 249-50.).

A última carta, em 26 de março de 1821, coincide com o ano de retorno da Família Real para Portugal. Contrariando o pacto entre pai e filho, a interrupção das correspondências ocorreu, aparentemente, sem graves motivos que justifiquem o rompimento epistolar. A tão sonhada promoção ao posto de oficial da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, o casamento com uma carioca e a adesão política aos projetos de independência do Brasil são algumas circunstâncias que teriam causado o esgotamento familiar.

O fato é que seu pai, Francisco José dos Santos Marrocos, por esquecimento ou voluntária intenção, deixou um maço das correspondências recebidas do filho, na gaveta do sítio em que trabalhava como ajudante da Real Biblioteca d'Ajuda, em Lisboa. Desse modo, as cartas de Marrocos se tornaram fontes frequentemente citadas por ilustres pesquisadores luso-brasileiros como um alternativo “lugar de memória.”³³ No entanto, a maioria recorre ao acervo epistolar do arquivista apenas para comprovar suas teorias ou destacar a excepcionalidade de grandes nomes que marcaram os memoráveis acontecimentos históricos entre Brasil e Portugal, após a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808.

Autores como Oliveira Lima (1908) que, embora pioneiro no uso de arquivos pessoais, escreveu uma biografia laudatória sobre o monarca português, no clássico “D. João VI no Brasil”, utilizando as memórias de diversos cronistas como Marrocos. Maria Odila da Silva Dias (1972), em “A interiorização da metrópole”, também recorreu às cartas de Marrocos para comprovar o enraizamento do estado português no Centro-Sul do país. Os relatos do bibliotecário sobre os faustosos investimentos em obras públicas e edificações luxuosas serviram para comprovar a teoria de permanência da Corte no Brasil, para garantir a centralidade política do império e a integração nacional do vasto território brasileiro. Já Lilia Schwarcz (2002) explora o testemunho do arquivista para narrar “A longa viagem da Biblioteca dos Reis”, apresentando o temperamento metódico e mal-humorado de Marrocos como características típicas da profissão de bibliotecário.

³³ Definição de Pierre Nora (1993) para monumentos, bandeiras, medalhas, livros, cantos, museus, etc. Lugares de história onde se ancora o capital material, simbólico e funcional de nossa memória coletiva.

A lista de autores que pesquisam as correspondências de Marrocos inclui, ainda, Alexandre Mansur Barata (2002), Lúcia Neves (1999), Nizza da Silva (1993), Francisca Nogueira de Azevedo (2013), Adriana Angelita da Conceição (2012), além de jornalistas e até romancistas, como a portuguesa Cristina Norton (2010), que escreveu o romance histórico “O guardião de livros”. Entretanto, esses autores ignoram a importância da dimensão material da prática epistolar na vida social. Por essa razão, lançamos um novo olhar para as memórias do anônimo mais “famoso” da história, a fim de revisitar a prática missivista de Marrocos e ampliar o horizonte de expectativas acerca de seu rico epistolário.

Luís Joaquim dos Santos Marrocos nasceu em Lisboa, em 17 de julho de 1781 e faleceu no Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1838.³⁴ Filho do professor de filosofia e também bibliotecário régio, Francisco José dos Santos Marrocos³⁵, e Bernarda Maria de Sena, que junto com sua irmã, Bernardina Maria da Conceição, formavam uma típica família de fiéis súditos da Coroa portuguesa. Embora faltem documentos que comprovem sua conclusão acadêmica na Universidade de Coimbra, Marrocos possuía uma refinada erudição literária e apreciável estilo epistolar. (FONTES, 2016, p. 12).

Em 1807, os Santos Marrocos, os serventes Feliciano José Joaquim de Oliveira e José Lopes Saraiva participaram dos preparativos que antecederam a partida da família real e sua corte para a colônia americana, antes que as tropas napoleônicas invadissem Portugal. O tumultuado embarque, em 27 de novembro do mesmo ano, modificou os planos de transportar toda a Coleção Régia, o Infantado e os Manuscritos da Coroa para o Brasil.

³⁴ Publicado no dia seguinte no Jornal do Commercio: “Faleceu hontem o Sr. Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, official-maior da secretaria de estado dos negócios do império”. Sepultado na catacumba 85 da Igreja de São Francisco de Paula/ RJ. (GARCIA, 1934, p. 16).

³⁵ Francisco José dos Santos Marrocos, natural da Freguesia de Lanhelas, Concelho de Caminha, era figura de estatuto intelectual assinalável. Professor régio de Filosofia Racional e Moral, Francisco é nomeado ajudante da Real Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, função que lhe serviu para prover seu filho, Luis Joaquim, ao cargo de praticante responsável pela tradução de obras estrangeiras, pela catalogação e guarda de livros e documentos raros. Autor de “Memória sobre o estado actual dos Estudos Menores” (1799) e “Mappa alphabetico das povoações de Portugal” (1811), obras essenciais para o conhecimento do sistema de ensino público em Portugal. (MARROCOS, 2008. p. 20-21).

Diante da invasão francesa iminente, os 60 mil volumes permaneceram no cais de Belém, até seguirem em três etapas para o Brasil. A primeira expedição partiu, em sigilo, acompanhada pelo servente José Joaquim de Oliveira, em 1810; a segunda atravessou o oceano ao lado do nosso bibliotecário, em 1811; e a última remessa com José Lopes Saraiva, no mesmo ano.

Nos primeiros anos de sua chegada ao Brasil, o arquivista não pretendia fixar moradia em terras brasileiras. Talvez, como a maioria dos imigrantes que acompanharam d. João, esperava o fim de um “inverno napoleônico” para retornar à pátria lusitana. Mas a oportunidade de promissores negócios no Rio de Janeiro e a confiança do rei mudariam seus planos de retorno a Portugal: “vivo na esperança de vir a ser algum dia mais do que sou.” (MARROCOS, 2008. p. 84).

Promovido à oficial da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, Marrocos permaneceu como bibliotecário, acumulando dupla função e ordenado, graças ao apoio político do ministro de estado, Tomás António de Vila Nova Portugal. Ao lado do conselheiro favorito do rei, Marrocos se tornou um dos homens de confiança de D. João, frequentando seus aposentos e a “beijar-lhe a Mão todos os dias, quando se levanta da cama, pelas 7 horas da manhã.” (MARROCOS, 2008, p. 84).

D. João VI voltou para Portugal, em 1821, e Marrocos permaneceu ao lado do imperador constitucional do Brasil independente, d. Pedro I, como redator oficial da primeira Constituição brasileira, promulgada em 1824. (BRASIL, 1886). Jornais informam a trajetória política do bibliotecário, após a inesperada interrupção epistolar com sua família. No governo da Regência é novamente promovido a oficial-maior, em 1831. (O Republico, 1831). Seu nome aparece, ainda, na primeira lei de patentes (BRASIL, 1830), em anúncios para admissão do Colégio Pedro II, para contratação de paquetes a vapor e até em uma lista dos cidadãos que obtiveram votos para senador na província de Goiás (Correio Official, 1837), cujo título de comendador consagrou sua ascensão à nobreza fluminense.³⁶

³⁶ Dados biográficos do bibliotecário foram retirados de minha monografia em Licenciatura em

3.5. A gramática da sociedade fluminense oitocentista

De acordo com Schwarcz (1998, p. 309), em meados do século XIX, os guias de bons costumes foram bem recebidos no Brasil. A antropóloga descreve “uma realeza isolada, em meio às demais repúblicas americanas, de um Império escravocrata que dissimulava as marcas dessa instituição e de uma nobreza recém-criada”, na tentativa de “apagar as pistas de seu caráter recente e bastante improvisado”. Os manuais traziam, juntamente à civilidade, um “aumento do embaraço e da vergonha sob a forma de refinamento ou de civilização”.

Os manuais epistolares também revelavam os limites da “arte de bem civilizar-se”. A virtuosidade do bom missivista conflitava com a instabilidade de suas convenções. Se, de um lado, os guias de civilidade revelam os costumes da época, do outro:

Ajudam a desenhar a fragilidade dessa corte que de tão recente mal tivera tempo de criar uma civilização particular. Assim como é certo que a Europa também não era tão progredida, como gostava de se fazer representar — afinal os hábitos também lá precisavam ser regulamentados —, no caso do Brasil a “falta” encontra-se potencializada. Aqui tudo se deu ao contrário, primeiro surgiu a forma e depois tratou-se de preenchê-la com conteúdo ao mesmo tempo comum e particular [...] Muitas vezes **a falta é que leva a criação**. Nos costumes, na nova heráldica ou no cardápio “agora refinado” da nobreza brasileira vemos, mais uma vez, desenhada essa certa originalidade resultante de uma releitura, mais ou menos pragmática, das regras de fora nesse contexto tão particular. (SCHWARCZ, 1998. p. 318-321. Grifo nosso).

Esta “frouxidão” nas regras conferiu certa originalidade à cultura local, diluindo clivagens sociais: “engana-se aquele que pensa que a corte era cópia fiel dos modelos europeus. Mesmo que os recém-chegados quisessem, a realidade dos trópicos se impunha.” (SCHWARCZ, 1998, p. 318).

Embora os manuais não deixem dúvidas acerca do lugar de onde partiam as modas: “com o coração em Portugal, os olhos em vós e o sentido na França”, podemos depreender um sentimento de pertencimento nas palavras do cônego Roquette: “Deveis saber que toda a nação é ciosa de seus usos e

História, intitulada “Luís Joaquim dos Santos Marrocos: memórias de um bibliotecário português nos trópicos”, apresentada na UFRRJ, em 2016.

costumes, e que a que muda caprichosamente, só por imitar o estrangeiro, já perdeu o sentimento de sua independência e caminha para a sua decadência”. (ROQUETTE, 1867, p. 72).

Desse modo, a leitura das fontes e da bibliografia especializada ajuda a construir o argumento de que toda prescrição pressupõe uma objeção, na medida em que a imposição dos costumes também gerava resistências e adaptações intercambiáveis.

O estudo da pedagogia epistolar implica em analisar práticas e representações que permeavam a gramática social, normatizada por códigos e regras de civilidade, cujo propósito final era “civilizar” a sociedade portuguesa e “europeizar” a brasileira, mais especificamente a cidade do Rio de Janeiro. (REVEL, 2009, p. 169-170).

Este conceito mais ampliado de poder compreende a dimensão material e imaterial da escrita de cartas como instrumento de uma política de costumes, vinculada às ações disciplinadoras do Estado português. Mais sólidos do que momentos de conflitos, o “poder dos afetos” mantinha a ordem e o consenso interno, capaz de manter relativa unidade no extenso domínio português.

Pouco privilegiada por boa parte da historiografia oitocentista, a ordem amorosa da política portuguesa desempenhava um poder unitivo, capaz de forjar um sistema de crenças, normas e sentimentos de pertença, por meio de gestos fomentadores da coesão social. Segundo Cardim (2000, p. 37), esta normatividade do amor e da amizade representava a face “menos visível” da cultura política do Antigo Regime, herdada de quinhentos e seiscentos, e que, ainda, permeava os espaços semânticos da pedagogia de costumes no Oitocentos.³⁷

Com efeito, o poder cognitivo do amor e da amizade ocupava um lugar importante na literatura epistolar. Não por acaso, a “cristianização” dos preceitos morais dos manuais cimentava o intercâmbio de virtudes e valores sociais como fidelidade, confiança, lealdade e gratidão; antídotos eficazes

³⁷ Reflexão sobre o estatuto social e político do amor e da amizade como fundamentos da ordem nas sociedades de Antigo Regime. (CARDIM, 2000, p. 37).

contra a instabilidade e a mudança constante que caracterizava o mundo áulico.

Os manuais de civilidade e tratados epistolares, gênero literário dedicado à “ciência da civilização”, tomam força na Europa e nas Américas graças ao aumento da alfabetização, da indústria editorial e do desenraizamento dos indivíduos que, por causas militares e, conseqüente, emigração, fizeram da prática epistolar um instrumento de memória e de identidade social (CHARTIER, 1991, p. 7-13).

De grande repercussão, os *secretários*³⁸ serviam a toda sociedade letrada e iletrada, especialmente ao universo burocrático das cartas públicas, dos despachos e das cartas diplomáticas, que cruzaram oceanos para administrar impérios distantes. Textos didáticos, destinados a normatizar e controlar a escrita de cartas e que, paradoxalmente, sustentavam uma dissimulada espontaneidade. Variados modelos e inúmeros recursos para convencer, influir, demandar, seduzir. Discursos dos mais formais aos mais intimistas, das missivas de negócios às notas pessoais, tratados de cortesia às cartas de alforria, manuais de *savoir-faire* e *savoir-vivre*, enfim, não havia atividade social que não fosse regulamentada por esses códigos de moral e de bons costumes, elementos que acenavam como essenciais no mundo cortês.

O desejo de ser social e culturalmente apto propiciou mecanismos de dominação “pacífica”, a partir da sistematização dos hábitos da sociedade europeia, especialmente francesa e inglesa, publicados em manuais de civilidade e tratados epistolares. Segundo Elias (1994, p. 113), este *processo civilizador* iniciou pouco antes da Revolução Francesa e se enraizou firmemente no século XIX. Daí em diante observa-se uma compulsão para uma conduta mais refinada, não apenas as maneiras à mesa, mas também formas de pensar ou falar, na medida em que passam a regular a livre manifestação dos sentimentos e do comportamento social.

³⁸ A palavra “secretário” tem uma tríplice acepção: refere-se à pessoa comissionada para escrever cartas, a um tipo de livro que funciona como manual para a escrita de cartas e, por último, ao móvel sobre o qual se escrevem e onde se guardam as missivas. (BOUVET, 2006. p. 89).

Tais modelos cruzaram fronteiras e espraíram-se pelas sociedades de corte, convertendo o sentido humanista erasmiano³⁹ em “ciência da artificialidade”, cujas prescrições recomendavam uma escrita engenhosamente espontânea. De acordo com Revel (2009, p. 169-210), com o passar do tempo os manuais deixam transparecer a preocupação da construção individual em relação ao outro, o que ele chama de o “triumfo das aparências”.

O estylo ha de ser natural e singélo quanto seja possível, porque a affectação e demasiado adorno assentão tão mal numa carta como na conversação ordinária. [...] Esta naturalidade e singeleza não excluem com tudo os pensamentos engenhosos e profundos, antes com eles se tornão graciosas e interessantes, se as agudezas não são estudadas, e as sentenças se não prodigalizão com demasia. (ROQUETTE, 1867, p. 21).

Em nome da “civilização”, manuais epistolares e tratados de civilidade são editados, reeditados, publicados em jornais e vendidos nas ruas da cidade. Referência cultural absoluta, a sociedade francesa representava o modelo perfeito de “refinamento” e “polidez”. *Le Secrétaire à la mode* e, também, as *Miscelâneas* inglesas espalharam-se nos espaços públicos, de forma distinta para homens e mulheres.

Em Portugal, ao contrário da Espanha, que desde o século XVII publicou vários manuais epistolares, o desenvolvimento da metodologia epistolar ocorreu a partir do século XVIII. Antes, segundo a pesquisadora Andréa Rocha (1985), o modo de escrever foi objeto de algumas reflexões de interesse em obras de língua portuguesa que ilustravam fórmulas de cortesia e tratamento, com exemplos de relevo como d. Francisco Manuel de Melo e padre Antônio Vieira.

³⁹ Fundamentos da concepção ético-religiosa, que privilegiava a vida simples e virtuosa. Na moral, a liberdade individual e a livre escolha, orientadas pela razão e auxiliadas pela graça de Deus fazem o cristão caminhar naturalmente em direção ao bem. A atualidade da filosofia erasmiana nos chama a atenção para a urgência de uma reflexão moral, cada vez mais ausente e premente em nossa sociedade. (ELIAS, 1994. p. 68).

3.6. A pedagogia dos manuais epistolares portugueses

O primeiro teórico da arte de escrever cartas foi Francisco Rodrigues Lobo (1619), nos diálogos de “Corte na aldeia e noites de inverno”, um dos livros mais citados nos inventários do Brasil Colonial. (Fig. 17). Durante a União Ibérica, em que a prevalência do castelhano se tornou quase doutrina oficial, a perda da corte em Portugal não só leva à perda do centro político e cultural, mas também do idioma português, que perde o seu estatuto de língua de prestígio.



Figura 18: Imagem fac-símile da primeira edição de “Corte na aldeia e noites de inverno”, 1619. (CONCEIÇÃO, 2011, p. 79).

De cunho nacionalista contra o domínio espanhol, Francisco Rodrigues Lobo oferece um compêndio para exaltar a língua portuguesa. O livro teve uma única edição no século XIX, disponível no acervo do Real Gabinete Português de Leitura, catalogado como romance, o que contrasta com os objetivos do autor.

Porém, o trabalho de maior repercussão no gênero epistolar foi “O Secretario Portuguez, compendiosamente instruido no modo de escrever Cartas por meyo de huma instrucçam preliminar, regras de Secretaria, Formulario de tratamentos, e hum grande numero de Cartas em todas as espécies, que tem mais uso”, do oratoriano português Francisco José Freire, publicado em 1745 (Fig. 18).⁴⁰

Francisco José Freire, conhecido pelo nome poético de Cândido Lusitano das Missivas, adotado na Arcádia portuguesa, nasceu em Lisboa, em 1719 e faleceu em 1773. A biblioteca de Évora reúne o maior acervo de suas obras. Conhecido por sua erudição, persistência e oferecimentos de serviços à pátria através das letras, e quando Portugal inseriu-se nos propósitos Iluministas, proporcionou à mocidade portuguesa boas reflexões. (SILVA, 1858, p. 404, IX).

⁴⁰ As primeiras edições estão disponíveis na Biblioteca Nacional de Lisboa. A obra foi reimpressa 13 vezes, de 1746 a 1823. Para a nossa pesquisa, analisaremos a quarta edição, publicada em 1786, cuja reprodução digitalizada está disponível em domínio público. Levantamento das reedições realizado pela professora Adriana Angelita da Conceição. (2011.p. 98-99).



Figura 19: Folha de rosto da quarta edição (1786).
Biblioteca Pública de Évora, Portugal.

(CONCEIÇÃO, 2011, p. 89).

Freire se inspirou no compêndio *Il Segretario principiante ed istruito*, do italiano Isidoro Nardi, ao descrever as qualidades do secretário exemplar, o qual deveria comportasse como *a due faccie* de Jano⁴¹: “o Secretario deve ser hum Jano com duas caras: com huma deve olhar para seu Amo, e com outra para o sujeito, a quem escreve por mandado do mesmo”. (MIRANDA, 2000, p. 45).

Para maior facilidade, e clareza, deduziremos destes três pontos dez regras, em cujas cinco primeiras mostraremos os predicados, e perfeições que o Secretario deve ter: e nas outras cinco

⁴¹ Segundo a mitologia romana, mas também etrusca, Jano, do latim Janus ou Ianus, é representado com dois rostos, um olhando para frente, outro para trás. Atribuem-se ao reinado de Jano as habituais características da Idade de Ouro: completa honestidade dos homens, abundância, paz profunda, etc. [...] Teria sido Jano quem (benefício atribuído também a Saturno) teria civilizado os primeiros habitantes do Lácio, os Aborígenes. Estes levavam, antes de Jano, uma vida indigna e não conheciam nem as cidades, nem as leis, nem o cultivo do solo. Jano ensinou-lhes tudo isso. (GRIMAL, 2011, p. 257-259).

os vícios, e imperfeições, de que deve fugir. As regras são as seguintes: Segredo, Erudição, Prolixidade, Généralidade, Reflexão, Eloquencia; Demora, Aspreza, Ignorancia, Escuridade. (FREIRE, 1786, p. 23-24).

Apesar de existir outros autores de relevo na história da epistolografia portuguesa, Cândido Lusitano era leitura obrigatória no aprendizado da arte de escrever cartas entre os séculos XVIII e XIX. O *Secretario Portuguez* foi o segundo livro mais encontrado em inventários, testamentos e periódicos como os jornais “Correio das Damas do Rio de Janeiro”, entre 1836 a 1850, “Idade d’Ouro”, em 1814, “A Regeneração”, em 1861, e até em anúncios da Livraria Universal, da editora Laemmert, exibido na contracapa dos livros que publicava, como “O Dicionário histórico e geográfico da Província de São Pedro ou Rio Grande (1865)”, de Domingos de Araújo e Silva. (BARBOSA, 2011, p. 84).

A obra alcançou numerosas reedições e, também, severas críticas. Luís António Verney criticava a excessiva e pouco criteriosa familiaridade do oratoriano com os trabalhos de autores estrangeiros. O autor de “Verdadeiro Método de Estudar (1746)” recomendava o estudo da gramática e a prática de leitura como atividade preliminar, para se tornar um bom *missivista*. Segundo Barbadinho, apelido de Verney, a suposta falta de regras dos portugueses realçava os erros e tratamentos inadequados por parte dos secretários principiantes:

[...] Nas outras Nações, há livros que ensinam a qualquer a urbanidade e o cerimonial do seu Reino. [...] Mas, em Portugal, é desconhecido este método. Um secretário de um Bispo, ou Cardeal, ou Fidalgo, ou Desembargador, etc., governa-se por uma pura tradição, ou porque assim viu alguma carta, sem mais conhecimento da matéria. Contanto que um moço tenha um caráter comprido e desembaraçado, a que eles chamam *letra de secretaria*, é o que basta. (MIRANDA, 2000, p. 51-52).

Roquette parece concordar com a crítica de Verney, em relação à suposta negligência dos secretários principiantes em promover a cultura de engenho:

Não posso com tudo esconder-vos, meus filhos, que a nossa nação é accusada, e com razão, de *maldizente* e murmuradora de si mesma, contra o costume das outras que todas se gabam e louvam a si; d’onde veiu o dizer Francisco Rodrigues Lobo: “ouvir qualquer estrangeiro, falar de seus naturaes, dá d’elles tão bons signaes, que o não tem por verdadeiro, falem-vos n’um natural, dizeis faltas que não tem, mente o outro para bem, nós mentimos para mal”. Sêde

Portuguezes em tudo, menos nisto, não só porque é contra o espírito de caridade, base da boa educação, mas porque é contra o bom tom, a verdadeira civilidade, e mais que tudo porque d'aqui se podem originar muitos dissabores e desgostos. (ROQUETTE, 1867, p. 148).

Freire, no entanto, não parece desprezar a importância do método para escrever cartas, afirmando ser uma prática de pessoas inteligentes,

Naõ ha cousa mais commum como o escrever Cartas: e com tudo naõ he cousa commum o sabellas compor [...] porque tanto aos ignorantes, como aos Sabios frequentemente he preciso o communicarem-se por meio de Cartas com os ausentes: Porém pelo ordinário só he próprio de pessoas intelligentes o compollas com methodo, e boa forma. (FREIRE, 1786, p. 3).

A assertiva do oratoriano expõe a clivagem social que existia entre alfabetizados e analfabetos, cujas diferenças não se limitava apenas à escrita de cartas. De acordo com Freire, a necessidade de se comunicar era um ponto em comum entre sábios e ignorantes. Porém, a arte de escrever cartas exigia método e boa forma, o que nos permite concluir que a competência de leitura e escrita marcava uma distinção social entre a própria comunidade missivista. Esse contraste aparece, inclusive, nos manuais epistolares que orientavam normas de conduta e condenavam as transgressões, especialmente para pessoas de pouca instrução. No prólogo do *Secretario Portuguez*, o editor escreve:

Em todas as Nações costuma haver hum modelo, pelo qual as pessoas pouco instruidas se governem para comporem as suas cartas familiares, ou de outro qualquer genero. Soccorro muito util, e necessário. A Nação Portugueza até agora naõ tem tido algum que cabalmente satisfaça ao desejo dos Homens sábios; porém como o numero dos que ignoraõ he maior do que o daquelles, cujos conhecimentos; e estudos saõ mais abalizados; he preciso que se dê aos que não são instruídos cousa com que mais facilmente possaõ evitar erros e desordens que commettem na formação das suas cartas ou familiares, ou mercantis, ou de outro qualquer genero; razão pela qual me animo a reimprimir quarta vez este Livro intitulado *Secretario Portuguez*". (FREIRE, 1786, p. 3).

Elias sustenta o argumento ao declarar que “pessoas que vivem ou fazem parte do círculo de letrados não precisam de manuais para saber se comportar”. Segundo ele, as normas serviam para disciplinar a sociedade burguesa que, ao tentar imitar o comportamento aristocrático, adaptaram novos costumes às diferentes situações sociais. Com o passar do tempo, estas

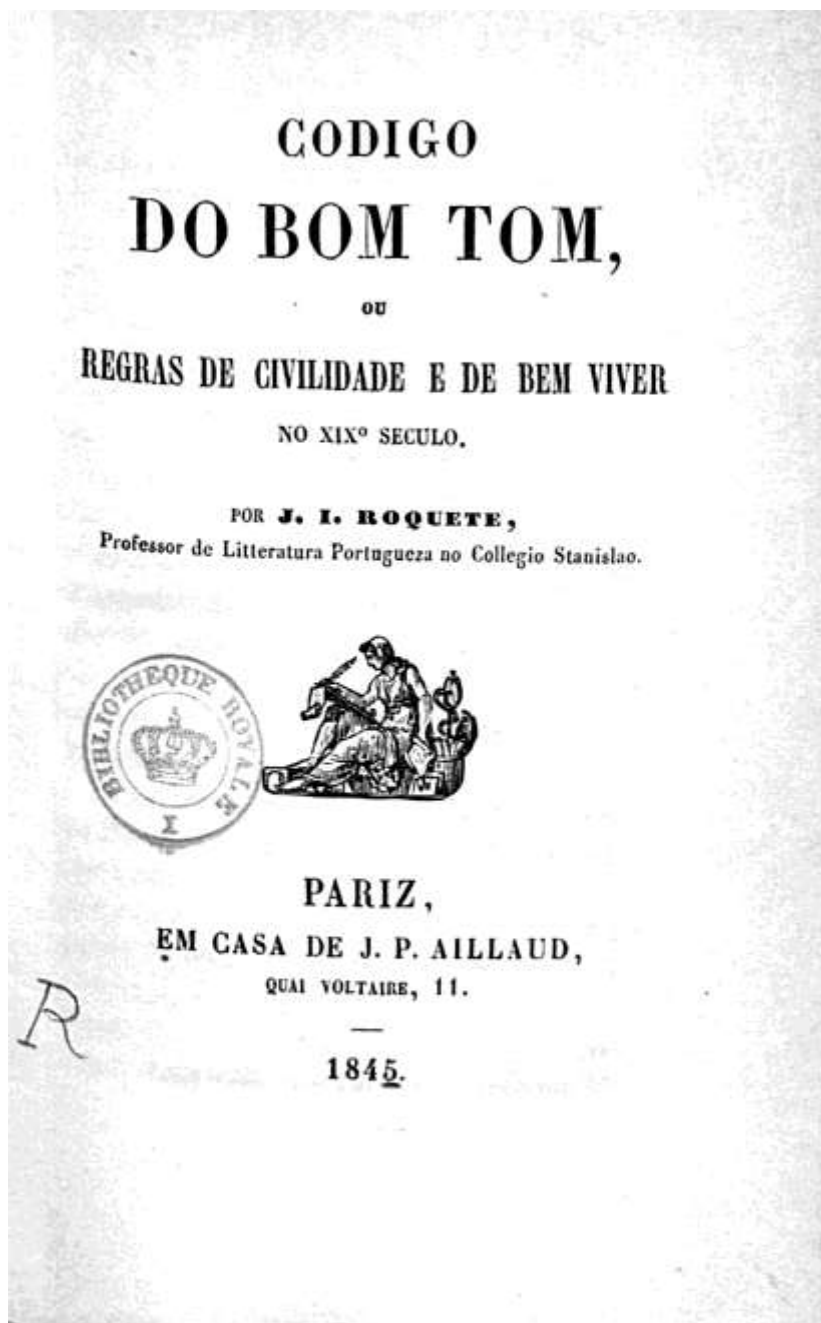
invenções caóticas e acidentais emergiram certas linhas de desenvolvimento, ainda que elas incluíssem o avanço do embaraço e da vergonha sob a forma de “refinamento” ou “civilização”. (ELIAS, 1994, p. 110).

A inércia dos antigos manuais que, embora ainda coexistissem no século XIX, levou à instabilidade das suas convenções, abrindo caminho para uma concepção mais livre e moderna da escrita epistolar. O sucesso do “Código do Bom-Tom: ou Regras da civilidade e de bem viver no século XIX” (Fig. 19)⁴², publicado em 1845, inspirou o cônego José Ignácio Roquette a lançar, no ano seguinte, a versão ampliada do capítulo XIII, “Das Cartas”, cujo título *Novo Secretario Portuguez ou Codigo Epistolar* (Fig. 20)⁴³ ratificava a mutação retórica e sociológica do gênero:

Suprimimos pois não poucas cartas de autores antigos para dar lugar a outras mais uteis no commercio da vida [...] Ajuntámos tambem muitas outras, mórmente de família e commercio, assim como vários modelos de requerimentos e memoriaes segundo as formulas hoje recebidas, cujo uso é mui frequente; pelo que démos novo título a um livro em que se fizerão tão importantes modificações, e chamâmos-lhe: **NOVO SECRETARIO PORTUGUEZ**, por já existir um antigo, e porque este título justamente lhe pertence. (ROQUETTE, 1860. Grifo nosso).

⁴² A obra foi recentemente reeditada por Lilia Moritz Schwarcz. A historiadora optou por atualizar a ortografia, embora tenha conservado expressões da época. (SCHWARCZ, 1997. p.14).

⁴³ Há duas edições no catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal, que correspondem à segunda edição em 1851 e 1854. No Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro encontram-se três exemplares: uma de 1854 e duas de 1860. No Googlebooks, existe uma edição de 1877. Para a nossa pesquisa, utilizaremos a 3ª edição de 1860, disponível no archive.org.



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Figura 19 - Folha de rosto da primeira edição (1845).
Disponível em: <http://gallica.bnf.fr>.

Q- NOVO
SECRETARIO PORTUGUEZ
 OU
CODIGO EPISTOLAR

CONTENDO

REGRAS E ADVERTENCIAS

PARA ESCREVER COM ELEGANCIA TODA A SORTE DE CARTAS

ACOMPANHADAS

DE MODELOS SOBRE TODOS OS ASSUMPTOS

EXTRAHIDOS DOS MELHORES ESCRITORES ANTIGOS E MODERNOS
 NACIONAES E ESTRANGEIROS

Offerecido à mocidade Portugueza e Brasileira

Por J.-I. ROQUETTE

Cavalleiro da Imperial Ordem da Rosa et Socio correspondente da Academia Real
 das Sciencias de Lisboa

TERCEIRA EDIÇÃO.

CONSIDERAVELMENTE AUGMENTADA E CORRIGIDA



PARIZ

V. J.-P. AILLAUD, MONLON E C^o,

Livreiros de Suas Magestades o Imperador do Brasil e El-Rei de Portugal,

Rua Saint-André-des-Arts, 47.

1860.

Figura 20 - Folha de rosto da segunda edição (1860).
 Disponível em: archive.org.

Nas obras do cônego Roquette podemos perceber, ainda, algumas semelhanças com o “velho” Secretário Portuguez, mas, sobretudo, uma clara oposição às regras e modelos que, segundo ele, era um “livro escrito com pessimo gosto, cheio de ranço da rethorica escolastica, e que só pode servir para saber certas formulas que ainda às vezes se usam”.

Em “Código do Bom-Tom”, Roquette não poupou críticas à obra de Cândido Lusitano:

Não, meus filhos, Cicero, Madame de Sévigné e, e o nosso Vieira não escreveram assim. Estes sam os trez grandes modelos que ainda ninguém igualou; lede-os com atenção e vereis a futilidade e mão gosto do Secretario Portuguez; segui as regras que vos tenho dado que sam autorizadas pelos grandes mestres. Em vez de consultardes os formulários rançosos d’aquella fastidiosa compilação. (ROQUETTE, 1867, p. 231).

No que se referem às semelhanças, os Secretários portugueses eram livros de bolso, de formato anatômico, cuja linguagem didática os transformava em livros de fácil consulta e uso diário. A composição eclesiástica dos autores, também, representava um poder simbólico disciplinador, cujos preceitos do bom cidadão eram equivalentes às virtudes do fiel cristão:

D’onde nascem as maneiras delicadas e polidas, as maneiras que encantam? D’uma virtude inherente à natureza humana, d’uma virtude evangelica sobre todas as outras, da caridade, [por isso] “para ser polido é mister ser bom”. (ROQUETTE, 1867, p. 13-17).

Em relação às mudanças, convém ressaltar que elas não ocorreram de forma homogênea, nem tampouco significaram a erradicação de antigas práticas. No entanto, podemos identificar na flexibilidade de algumas clivagens, a dinamicidade das convenções e das relações sociais, levando em conta as experiências de vida, crenças, valores e competências culturais.

A pedagogia dialógica dos manuais de Roquette demonstra a sua habilidade retórica ao sensibilizar seus leitores, através da figura paternal que ensinava as regras de civilidade e de bem viver:

Os artifícios do texto, porém, fazem deste guia um exemplo original. Trata-se de obra de ficção sobre matéria de não ficção. [...] Nesse caso, no entanto, é o homem e Igreja quem instrui os leitores sobre a vida e os segredos do mundo. Ensinar o ritual (de forma didática), para que ele se interiorize e pareça cada vez mais “natural”,

explicar como agir nas mais diferentes situações de convívio social são os objetivos do guia que, escrito em português, ganha leitores fiéis, também, em meio à nobreza, recém-criada no Brasil Imperial, com quem Roquette mantém contato frequentes. (SCHWARCZ, 1997, p. 15).

Por ser um homem de letras, Roquette tinha consciência da nova ordem social que estava sendo construída e do papel da escrita como instrumento de instrução e propagação da urbanidade e civilidade. Nesse aspecto, a participação das mulheres merece atenção, no que se refere às mudanças na cena epistolar.

No “Código do Bom-tom”, Roquette inova ao incluir a mulher como leitora e escritora. No capítulo “Quanto a Eugênia em especial”, a personagem fictícia recebe conselhos para ter “sempre diante dos olhos o retrato da *mulher forte* debuxado por Salomão, com que Fénelon remata suas instruções à cerca da educação das meninas, e que muitas vezes te dei a ler”.⁴⁴ O cônego, também, recomenda as cartas de Madame de Sévigné⁴⁵ como modelos de escrita exemplar:

Não, meus filhos, Cicero, Madame de Sévigné, e o nosso Vieira não escreveram assim. Estes sam os trez grandes modelos que ainda ninguém igualou; lede-os com atenção e vereis a futilidade e máo gosto do Secretario Portuguez [...] Lede não menos Vieira, que manejou melhor que ninguém a língua portuguesa: suas cartas sam um riquíssimo thesouro de linguagem, que no seu genero rivalizam com as de Cicero e Sévigné. (ROQUETTE, 1867, p. 151; 231).

Tem sido lugar comum em algumas pesquisas o argumento de que a grande maioria das cartas do século XIX foi escrita por homens. Lyons (1998, p. 67) inverte esta lógica quando considera que “não há nada que impeça um homem de negócios de acrescentar uma pequena mensagem pessoal a uma carta comercial, e nada que impeça uma mulher de classe média de discutir negócios em uma carta confidencial”. No mundo culturalmente masculino, a prática epistolar também era um instrumento de luta e de resistência feminina contra a severa disciplina familiar e social.

⁴⁴ Roquette cita o teólogo francês Fénelon que escreveu um tratado para a educação das meninas na obra “*Traité de l’éducation des filles*”, publicado em 1687. (ROQUETTE, 1867, p. 301).

⁴⁵ Mme de Sévigné é o modelo e a referência máxima de escrita epistolar feminina no século XIX. (PEIXINHO, 2009).

As cartas de Marrocos despertam um olhar sociológico para a significativa troca epistolar com sua irmã Bernardina, demonstrando certa fluidez na clivagem feminina que, progressivamente, começa a ocorrer no gênero epistolar.

[...] Não estou nas circunstâncias de formar uma Carta, como a tua pachorra tem produzido; bem entendido que eu gostei muito e muito delas, e até andou aqui por mãos de algumas Senhoras bem presumidas de Doutoradas. Uma destas, a quem eu mostrei uma das tuas Cartas, ficou de queixo caído ao lê-la; e depois de acabar, disse-me: É toda boa! (IMARROCOS, 2008, p. 271).

A presença feminina demonstra uma mutação do estilo erudito para o mundano, sobretudo das mundanas, quando as mulheres vão encontrar seu lugar na cultura epistolar no decorrer do século XVII. As correspondências de Madame de Sévigné, “sublimada a santa padroeira da sociabilidade epistolar” (DIAZ, 2016, p. 34), é um bom exemplo de que havia mulheres alfabetizadas que inspiravam a escrita feminina no Brasil do século XIX.

A “dessexualização” das fórmulas epistolares reconfigura o discurso epistolar com formas neutras e modelos de cartas femininas. (LYONS, 1998, p. 66). No auge do século XIX, as práticas epistolares de mulheres de classe média representaram uma importante virada na cultura epistolar. A participação de mulheres letradas na cultura epistolar é mais uma dessas pesquisas que merece especial atenção.

Conclusão

Somos como anões aos ombros de gigantes, pois podemos ver mais coisas do que eles e mais distantes, não devido à acuidade da nossa vista ou à altura do nosso corpo, mas porque somos mantidos e elevados pela estatura de gigantes. (Bernardo de Chartres, referido por João de Salisbúria, *Metalogicon* III, 4, ed. Webb, Oxford 1929, p. 136, ls. 23-27).

A construção da Ciência é uma pirâmide humana. Quando olhamos para o passado, é impossível não nos impressionarmos com o gigantismo daqueles que construíram o conhecimento com tão poucos recursos, com inúmeras adversidades físicas e materiais e, mesmo assim, foram capazes de criar coisas incríveis. Se hoje compreendemos melhor, é porque somos erguidos aos ombros desses gigantes.

Longe de esgotar o assunto, apresentamos neste trabalho algumas considerações sobre o saber-fazer epistolar, cuja discussão deve ir além do nível conceitual. Mais do que nunca, compreendemos que a cultura é muito precisamente o que resta, quando tudo foi esquecido. É nesse ponto de encontro, que a escrita do escriba, do missivista e da pesquisadora aficionada por cartas, ganha todo sentido.

Assim como a memória, a escrita também é individual, coletiva, seletiva e flutuante (HALLBWACHS, 1990; POLLAK, 1992), o que eu, ainda, acrescentaria, caprichosa, na medida em que nem tudo fica gravado na memória, nem registrado na escrita. É preciso organizar as ideias, construir argumentos, fazer escolhas, conscientes ou inconscientes. Devo dizer que esse processo constitui um trabalho solitário e muito angustiante.

Em sua diacronia, vimos que a prática epistolar aparece como uma modalidade social da escrita, cuja característica híbrida e heterogênea, auxiliou Cidades-estados a manter fluidas as relações sociais, minimizando ambiguidades linguísticas, tornando-se um meio eficaz na resolução de conflitos e na difusão transcultural do sistema cuneiforme.

Além do propósito inicial em registrar assentamentos, contratos e tratados governamentais, a escrita epistolar, vinculada ao sagrado, também auxiliou a unificação do antigo Egito e a hierarquização de um sistema cursivo de escrita, cuja variante não tem paralelo em outras sociedades antigas.

A cultura material impactou profundamente no processo evolutivo da cultura escrita, na medida em que a descoberta de materiais subjetivos, como papiro, pergaminho e papel, possibilitou a criação de uma escrita mais livre e cursiva. Desse modo, a prática epistolar se tornou menos ociosa e permanente.

O recurso retórico dos filósofos grecorromanos em definir a carta como uma mera comunicação entre ausentes permitiu uma longa negociação entre memória e escrita. Como afirma Ong (1998, p. 32), a escrita não só conservou a tradição oral, como também libertou os indivíduos das regras mnemotécnicas, para novas relações sociais.

Esta dupla característica epistolar em transitar entre o oral e o escrito, o material e imaterial, o tangível e intangível, o presente e passado é o que faz da carta uma escrita em trânsito, ou seja, um movimento pendular, um vai-e-vem que se metamorfoseia em múltiplas formas culturais ao longo da história. Este *spiritu loci* do saber-fazer epistolar, presente na forma protocolar de escrita em variadas modalidades, corresponde à categoria dos bens culturais, que “são ‘bons para pensar’, mas igualmente fundamentais para se viver a vida cotidiana”. (GONÇALVES, 2007, p. 219).

Assim, apoiamos a salvaguarda da arte de escrever cartas como uma categoria dialética que reúne elementos tangíveis (objetos, condutas corporais, técnicas materiais, etc.) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, conhecimento tradicional, etc.), conforme define a Declaração de Québec (Canadá, 2008), ao instituir o “espírito do lugar”, como um conceito relacional, de caráter plural e dinâmico, capaz de possuir múltiplos sentidos e peculiaridades, que se manifestam na vivência dos lugares de memória.

Por que patrimonializar o saber-fazer epistolar, quando não há mais a necessidade material de comunicação à distância? Porque são as nossas práticas no presente, mais do que nossos discursos, que decidem a vida ou a morte de nossas culturas. Por isso, cremos ser oportuno refletir sobre a arte de escrever cartas e o quanto ela tem contribuído para modelar a nossa escrita.

Referências bibliográficas

- ABREU, Márcia. Escrever e pensar sobre o Novo Mundo: escrever e pensar no Novo Mundo. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLINET, Jean-Yves (orgs.). **Política, Nação e Edição, o lugar dos impressos na construção na vida política: Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX**. Editora Annablume, 2006.
- _____. **Impressão Régia do Rio de Janeiro: novas perspectivas**. Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial Realização: FCRB • UFF/PPGCOM • UFF/LIHED, 2004. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004.
- _____. Livros de mão em mão. In: **Os caminhos dos livros**. São Paulo: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil (ALB); FAPESP, 2003.
- _____. **Quem lia no Brasil colonial?** INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação – Campo Grande /MS – setembro, 2001.
- _____. O rei e o sujeito: considerações sobre a leitura no Brasil colonial. In: **Brasil e Portugal: 500 Anos de Enlaces e Desenlaces**. RJ: RGPL, 2000.
- ALMADA, Márcia. **Cultura escrita e materialidade: possibilidades interdisciplinares de pesquisa**. Pós: Belo Horizonte, v. 4, n. 8, nov. 2014.
- _____. **Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII**. UFMG: Tese de Doutorado, 2011.
- ARAÚJO, Emanuel. Introdução. In: **Escrito para a eternidade: a literatura no Egito faraônico**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro**. Revisão e atualização Briquet de Lemos; edição Luciano Trigo; Paulo Geiger. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.

- AZEVEDO, Francisca Lúcia Nogueira. **A outra face da princesa**. Rio de Janeiro: RHBN: Dossiê Carlota Joaquina, ano 8, nº 96, setembro, 2013. p. 16-34.
- BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Códigos, regras e ornamentos nos secretários, manuais e métodos de escrever cartas: a tradição luso-brasileira**. In: Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas. Santiago de Compostela. Volume 15 – junho 2011.
- BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência (Brasil, 1790-1822)**. Tese de doutorado da UNICAMP, 2002. BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, jul. 1998. p. 201-208.
- BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2012.
- BOTTÉRO, Jean. **No começo eram os deuses**. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- _____. La escritura y la formación de la antigua Mesopotamia. In: **Cultura, pensamento, escritura**. Barcelona: Gedisa, 1995.
- _____. **Mésopotamie. l'écriture, la raison et les dieux**. Paris: Gallimard, 1987.
- BOUVET, Nora Esperanza. **La escritura epistolar**. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires (EUDEBA), 2006.
- BOUZA, Fernando. **Entrevista**. TOPOI, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003.
- BOUZON, Emanuel. **O Código de Hammurabi**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BOWMAN, Alan K; WOOLF, Greg. **Cultura escrita e poder no mundo antigo**. Tradução: Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- BRASIL. Estatísticas Históricas do Brasil. In: **Coleção Séries Estatísticas Retrospectivas: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

- BRASIL. Constituição Política de 1824. In: **Collecção das leis do Brazil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br>. Acesso em 11/01/15.
- BRASIL. Lei de patentes em 28 de agosto de 1830. In: **Collecção das leis do Brazil**. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br>. Acesso em 11/01/15.
- CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins de. **Cartas e escrita: práticas culturais, linguagem e tessitura da amizade**. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 64.
- CARDIM, Pedro. **O Poder dos Afectos – Ordem Amorosa e Dinâmica Política no Portugal do Antigo Regime**. (Dissertação de doutoramento). Universidade Nova de Lisboa, 2000.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Deuses, múmias e ziggurats: uma comparação das religiões antigas do Egito e da Mesopotâmia**. Porto Alegre: Coleção História 27, 1999.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Cultura material, espaço doméstico e musealização**. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, jul./dez, 2011. p. 443-470.
- CASCUDO, Câmara. **Rede de dormir: uma pesquisa etnográfica**. Rio de Janeiro: Funarte: INF: Achiamé: UFRN, 1983.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. **A comunicação escrita no encontro dos séculos XIX e XX (exposição)**. MHN, 2003. Disponível em: <http://www.museuhistoriconacional.com.br/mh-e-508.htm>. Acesso em 16/03/18.
- CATACH, Nina. **Hacia una teoria de la lengua escrita**. Barcelona: Gedisa, 1996.
- CERTEAU, Michel de. A economia escriturística. In: **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, v. 1, 3ªed., 1998.
- CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: UNESP, 2003.

- _____. **La correspondance: les usages de la lettre au XIXe siècle.** France: Fayard, 1991.
- _____. **Práticas da leitura.** Tradução Cristiane Nascimento. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- _____. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII.** Tradução: Mary Del Priore. 2. ed. Brasília/DF: UnB, 1998.
- _____. **A aventura do livro: do leitor ao navegador.** São Paulo: UNESP, 1999b.
- _____. **A História Cultural entre práticas e representações.** Trad. de Maria Manuel Galhardo. Lisboa: Difel, 1988.
- _____. **Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação.** Trad. Maria de Lourdes Meirelles Matencio – Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB). 2003.
- CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. **Sentir, escrever e governar: a prática epistolar e as cartas de D. Luís de Almeida, 2º marquês do Lavradio (1768-1779).** São Paulo: Tese de pós-graduação da USP, 2011.
- _____. **Um bibliotecário de coração melancólico: Luís Joaquim dos Santos Marrocos e a prática de escrita de cartas.** VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar. Universidade Federal do Piauí 2012. Disponível em: <http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Adriana%20Angelita%20da%20Conceicao.pdf>. Acessado em 10/01/14.
- Correio Oficial (1833 a 1841). **Lista de cidadãos para senadores de Goiaz.** Terça feira, 2 de janeiro de 1837. <http://memoria.bn.br>. Acesso em 11/01/15.
- DARNTON, Robert. **Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. **Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII.** Tradução: Myriam Campello. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

- DAUPHIN, Cécile. **Prête-moi ta plume: Manuels épistolaires au XIXe siècle**. Paris: Éditions Kimé, 2000.
- DAVID, Rosalie. **Religião e magia no antigo Egito**. Tradução: Ângela Machado. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- DEBRET, Jean B. Un savant travaillant dans son cabinet. In: **Voyage pittoresque et historique au Brésil**. volume IV, plancha 10. Acervo Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1827
- DECLARAÇÃO DE QUEBEC, 2008. Declaração de Quebec, sobre a preservação do "*Spiritu loci*", assumido em Québec, Canadá, em 4 de outubro de 2008. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf. Acesso em 20.10.18.
- DIAZ, Brigitte. **O gênero epistolar ou o pensamento nômade: formas e funções da correspondência em alguns percursos de escritores no século XIX**. Tradução: Brigitte Hervot, Sandra Ferreira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016..
- ECO, Umberto Eco; CARRIÈRE, Jean-Claude. **Não contem com o fim do livro**. Tradução de André Telles, 2010. p. 6-7.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Tradução Ruy Jungman; revisão e apresentação Renato Janine Ribeiro. v.1 -2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FONCILLON, Henri. **Éloge de la main**. Paris, Presses Universitaires de France, 1943. Version numérique pour Les classiques des sciences sociales, disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/focillon_henri/focillon_henri.html. Acesso em 20/11/16.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- FONTES, Simone A. **Luís Joaquim dos Santos Marrocos: um bibliotecário português nos trópicos (1811-1821)**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2016.

- FOUCAULT, Michel. Os corpos dóceis. In: **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- FREIRE, Francisco José. **Secretario Portuguez ou methodo de escrever cartas**. Lisboa: Tipografia Rollandiana, 1786.
- GALILEI, Galileu. **Diálogos sobre os dois máximos sistemas do mundo ptolomaico e copernicano**. Tradução: Pablo Rubén Mariconda. Coleção: Clássicos da Ciência da Tecnologia. São Paulo: Editora 34, 2011.
- GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádya Batella (orgs.). **Prezado Senhor, Prezada senhora: estudos sobre cartas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GALVÃO, Walnice N. **A margem da carta**. SP: Rev. Manuscrita, n. 7, 1998.
- GARCIA, Rodolfo. **Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos: escritas do Rio de Janeiro à sua Família em Lisboa, de 1811 a 1821**. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1934. Vol. LVI. Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_056_1934.pdf.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo (Introdução). In: **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- _____. **Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados**. Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, Rio/São Paulo: CPDOC-FGV/ IEB-USP, novembro de 1997.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro, 2007. p. 218-219.

- _____. A obsessão pela cultura. In: **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro, 2007. p. 235-251.
- GRIMAL, Pierre. **Dicionário da mitologia grega e romana**. Tradução de Victor Jabouille. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Edições Vértice. Editora Revista dos Tribunais LTDA. 1990.
- HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. **Escritas epistolares**. Tradução: Lígia Fonseca Ferreira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.
- HÉBRARD, Jean. La lettre représentée. In: CHARTIER, Roger (Dir.). **La correspondance: les usages de la lettre au XIXe siècle**. France: Fayard, 1991. p. 289-293.
- HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 1997.
- KRAMER, Samuel Noah. **Mesopotâmia: o berço da civilização**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967.
- _____. **La Historia empieza en Sumer**. Barcelona: Ediciones Orbis, S.A., 1985.
- KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, ARJUN. **A vida social das coisas**. Niterói: EDUFF, 2008.
- LANDOWSKI, Eric. A carta como acto de presença. In: **Presenças do outro: ensaios de sociossemiótica**. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- LE GOFF, Jacques. Documento/ Monumento. In: **História e memória**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990.
- LEROI-GOURHAN, André. **A libertação da mão**. Tradução João Viana Jorge. v. VI, n. 2. Laboreal, 2010. p. 56-59.
- LYONS, Martyn. **Práticas de leitura, práticas de escritura: cartas de amor e escritas íntimas – França e Austrália, século XIX**. Trad. Cyanna

Leahy-Dios. Niterói: Locus Revista de História/ UFF, v. 4, n. 2, 1998. p. 55-68.

MARROCOS, Luís J. dos Santos. **Cartas do Rio de Janeiro 1811-1821**. Lisboa: BNP, 2008.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **A cultura material no estudo das sociedades antigas**. Revista de História, n. 115, 1983. p. 102-117.

_____. **Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público**. Revista Estudos Históricos, n. 21, 1998. p. 89-103.

_____. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**. Ouro Preto/MG, 2009. v.1. Brasília: IPHAN, 2012. p. 25-39.

_____. **Fontes visuais, cultura visual, História visual**. Balanço provisório, propostas cautelares. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 11-36 – 2003. p. 11-36.

MHN. **A comunicação escrita no encontro dos séculos XIX e XX**. Foto: Rômulo Fialdini. Livro MHN, Banco Safra, 2003. Disponível em: <http://www.museuhistoriconacional.com.br/mh-e508-01.htm>. Acesso em 06/02/19.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Da gaveta à vitrine: exposições sobre escrita. In: SOUZA, Elizeu Clementino de (org.). **Autobiografias, histórias de vida e formação: pesquisa e ensino**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 207-224.

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII. In: GALVÃO, Walnice N.; GOTLIB, Nádia B. **Prezado Senhor, Prezada Senhora: estudos sobre cartas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 42-54.

- _____. **Memória por alvará: registos legais/ monumentos políticos.** Brotéria, Lisboa, v.169, n. 2/3, 2009.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. **Livreiros franceses no Rio de Janeiro 1799-1824.** UERJ, 2017. p. 1-14.
- _____. Da repulsa ao triunfo. In: **Edição alusiva à transferência da corte portuguesa para o Brasil (1808-1821).** Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro, 1999. Vol. 31. p. 35-54.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** São Paulo, 1993.
- NORTON, Cristina. **O guardião de livros: a rocambolesca história da chegada da família real e de sua biblioteca ao Brasil.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.
- ONG, Walter J. **Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra.** Tradução: Enid Abreu Dobránszky. São Paulo: Papirus, 1998.
- O Republico (1830 a 1855). **Nomeação para Oficial Maior da Secretaria de Estado.** Terça feira, 19 de abril de 1831. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em 11/01/15.
- PAGÈS, Alan. **A materialidade epistolar. O que nos dizem os manuscritos autógrafos.** Tradução de Ligia Fonseca Ferreira (Unifesp). Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 67, ago. 2017. p. 106-123.
- PÉCORA, Alcir. **Máquina de gêneros: Novamente descoberta e aplicada a Castiglione, Della Casa, Nóbrega, Camões, Vieira, La Rochefoucauld, Gonzaga, Silva Alvarenga e Bocage.** São Paulo: EdUSP, 2001.
- PESSOA, Fernando. Todas as cartas de amor são ridículas. In: **Poesias de Álvaro de Campos.** Lisboa: Ática, 1944 (imp. 1993). - 84.1ª publ. in Acção, nº41. Lisboa, 1937. Disponível em <http://arquivopessoa.net/textos/2492>. Acesso em 06.05.19.
- PEIXINHO, Ana Teresa. **O modo epistolar e o debate público e privado: a cara nos séculos XVIII e XIX.** FLUC/CEIS20.

- PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990. P. 177-211.
- PETRUCCI, Armando. **Alfabetismo, escritura, sociedad**. Barcelona: Gedisa Editorial, 1999.
- POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, v. 5, n. 10, 1992.
- PRIETO JR., Mariano. **História da escrita**. Disponível em: http://marianoprieto.com.br/loja/?page_id=1104. Acesso em 06/04/19.
- RAMOS, Manuel. **Teoria clássica e medieval da composição epistolar: entre epistolografia e retórica**. In: CEM – CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA: Revista do CITCEM, n.º 8, 2017.
- REDE, Marcelo. História e cultura material. In: CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p.133-150.
- _____. **Estudos de cultura material: uma vertente francesa**. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v.8/9, (2000-2001). Editado em 2003. p. 281-291.
- _____. **História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material**. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v.4, jan./dez, 1996. p. 265-282.
- REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: CHARTIER, Roger. **História da Vida Privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ROCHA, André. **A Epistolografia em Portugal**. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.
- ROQUETTE, José Ignácio. **Novo Secretario Portuguez ou Codigo epistolar** contendo regras e advertencias para escrever com elegancia toda a sorte de cartas, acompanhadas de modelos sobre todos os assumptos, extrahidos dos melhores escriptores antigos e modernos, nacionais e

estrangeiros, oferecido à mocidade Portuguesa e Brasileira. 3ª ed. Paris: Aillaud, Guillard, 1860.

_____. **Código do bom-tom ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX.** Paris: Aillaud, Guillard, 1867.

SALISBÚRIA, João de. **Metalogicon III**, 4, ed. Webb, Oxford 1929.

SALOMON, Marlon. **As correspondências: uma história das cartas e das práticas de escrita no Vale do Itajaí.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

SAMPSON, Geoffrey. **Sistemas de escritura.** Barcelona: Gedisa, 1997.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Distinção, instrução e prazer: uma tipologia dos gabinetes de leitura no Brasil oitocentista. In: CAVALCANTE, Maria Juraci M.; QUEIROZ, Zuleide F. de; VASCONCELOS JR., Raimundo E. de Paula; ARAÚJO, José E. Costa de. (org.). **História da Educação - vitrais de memória: lugares, imagens, e práticas culturais.** Fortaleza: UFC Edições, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. Manuais de bons costumes: ou a arte de bem civilizar-se. In: **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Introdução. In: ROQUETTE, J. I. **Código do Bom-tom ou Regras de civilidade e de bem viver no século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SIERRA BLÁS, Verônica. **Aprender a escribir cartas. Los manuales epistolares em la Espanha contemporânea (1927-1945).** Ediciones TREA, 2003.

SILVA, Innocencio Francisco da. **Dicionário bibliográfico português. Lisboa: Imprensa Nacional,** 1858. (p. 404, IX). Disponível em <https://archive.org>. Acesso em 20 fev. 18.

- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil: na época de D. Maria I e D. João VI.** Lisboa: Ed. Estampa, 1993.
- SOUZA E SILVA, J. N. de. **Relatório do Ministério dos negócios do Império,** Anexo D, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1870. F. 167. Reimpresso em edição fac-similada; São Paulo, IPE/ USP, 1986. Disponível em; <https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos.html>. Acesso em
- TIN, Emerson (org.). **A arte de escrever cartas: anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam e Justo Lípsio.** São Paulo: Editora da Unicamp, 2005.
- UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.** Paris, 17 de outubro de 2003; Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em 26 ago. 17.
- VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa.** v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- WARNIER, Jean-Pierre. Retorno a Marcel Mauss. Tradução de Christian Pierre Kasper. In: **Construire la culture matérielle.** Paris: Presses Universitaires de France, 1999. p. 1-16.
- ZUMTHOR, Paul. A escritura. In: **A letra e a voz: a literatura medieval.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 100-106.